



# O NÃO DITO

Hellen Cristina Picanço Simas  
Yonah Góes de Souza Barbosa



YONAH GÓES  
HELLEN PICANÇO

**O NÃO DITO**

# **UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**

## **REITOR DA UFAM**

Sylvio Mário Puga Ferreira

## **EDITORA DA UNIV. FEDERAL DO AMAZONAS (EDUA)**

Suely Oliveira Moraes Marques

## **COORDENAÇÃO DE EDITORAÇÃO E PLANEJAMENTO GRÁFICO**

Hellen Cristina Picanço Simas – revisão

## **REGISTRO NO CNPq**

Núcleo de Estudos de Linguagens da Amazônia  
(NEL-Amazônia)

## **FONTES DE FINANCIAMENTO**

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas  
(Fapeam)

## **FOTOGRAFIA DA CAPA**

Jousefe Oliveira

## **ARTE DA CAPA E DIAGRAMAÇÃO**

Ewerton Auzier

## **INDEXAÇÃO E CATALOGAÇÃO**

O livro *Veja: o não dito* está publicado nos formatos impresso e digital pela Editora da Universidade Federal do Amazonas (Edua). A composição da obra foi feita no Laboratório de Editoração Digital do Amazonas (Leda), estrada do Macurany, bairro Jacareacanga, município de Parintins, Amazonas, Brasil. Campus do Baixo Amazonas da Ufam. CEP 69152240. Contatos: india.parintintins@gmail.com.

**COMITÊ EDITORIAL DA EDUA**  
(Editora da Universidade Federal do Amazonas)

Antônio Marmoz (Université de Versailles)  
Conceição Almeida (UFRN)  
Antônio Cattani (UFRGS)  
Edgar Assis de Carvalho (PUC/SP)  
Alfredo Bosi (USP)  
Gabriel Cohn (USP)  
Arminda Raquel Botelho Mourão (Ufam)  
Gerusa Ferreira (PUC/SP)  
Spártaco Astolfi Filho (Ufam)  
José Vicente Tavares (UFRGS)  
Boaventura Souza Santos (Univ. de Coimbra)  
José Paulo Netto (UFRJ)  
Bernard Emery (Univ. Stendhal-Grenoble 3)  
Paulo Emílio (FGV/RJ)  
César Barreira (UFC)  
Élide Rugai Bastos (Unicamp)  
Renato Ortiz (Unicamp)  
Rosa Ester Rossini (USP)

**VINCULAÇÃO INSTITUCIONAL**

Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade  
Federal do Amazonas (PPGE/UFAM)

**LINHA DE PESQUISA INTEGRADA AO PPGE/UFAM**  
LINHA 1 - Processos Educativos e Identidades Amazônicas

**ÁREAS DE CONHECIMENTO**

Letras; Linguística; Educação

## **Ficha Catalográfica**

B238v Barbosa, Yonah Góes de Souza.  
Veja: o não dito / Yonah Góes de Souza Barbosa,  
Hellen Cristina Picanço Simas. – Manaus: EDUA, 2017.  
126 p.: il.; 21 cm.

Bibliografia: p. 119-124  
ISBN: 978-85-526-0025-1

1. Análise de Discurso - Índios. 2. Análise de  
Discurso - Periódicos. I. Simas, Hellen  
Cristina Picanço. II. Título.

CDU 2007: 81'42:(=81)

Catálogo elaborado por Alciana Azevedo dos Santos,  
CRB 11/630

## SUMÁRIO

<b>Prefácio</b>	<b>9</b>
<b>Introdução</b>	<b>13</b>
<b>Capítulo I</b>	
Os povos indígenas no Brasil	17
A representação do indígena na mídia	24
O papel social do jornalismo e a objetividade jornalística	28
<b>Capítulo II</b>	
A informação como discurso	33
Identidade das instâncias de formação	38
Acontecimentos como visão social do mundo	41
<b>Capítulo III</b>	
Análise de Discurso – AD	47
O Discurso	51
Sujeito discursivo	55
Formação ideológica e formação discursiva	57
<b>Capítulo IV</b>	
Silenciamento do discurso indígena na revista Veja	61
<b>Conclusão</b>	<b>115</b>
<b>Referências</b>	<b>119</b>





## *Prefácio*

---

Orlandi, em palestra na Fiocruz no ano de 2014, lembrou-nos que “[...] a gente é mais dito do que consegue dizer. De vez em quando a gente consegue dizer, mas a maior parte do tempo a gente é dito, ou seja, já somos significados, somos colonizados”. Em outras palavras, reproduz-se discursivamente a imposição intelectual e cultural do mais forte e, conseqüentemente, sua interpretação da história.

Muitas vezes, tentamos assumir a posição-sujeito para enunciar quem somos, de fato. Mas na trama social falta para muitos grupos força política para dizer quem são. E os sentidos que lhes são atribuídos passam, então, a construí-los discursivamente de forma diferente daquela que se sentem sendo.

Hellen e Yonah revelam-se sensíveis aos sentidos que a assertiva de Orlandi veicula. Descobrem-se preocupadas com esses processos de colonização discursiva, em muitos casos, presentes no fazer jornalístico, o que o torna responsável pela manutenção das injustiças históricas produzidas por meio desses mecanismos do dizer.

Sua atenção volta-se exclusivamente para os indígenas e as formas como são significados pela grande mídia, que promove a cristalização no imaginário popular de sentidos negativos a respeito

dos povos nativos, em detrimento de sua importância cultural e histórica na formação daquilo que nos constituiu a todos como povo brasileiro. As autoras também nos mostram os esforços desses grupos para se organizarem politicamente, a fim de garantir a força necessária para que se façam ouvir os sentidos até então silenciados com que constroem sua diversidade identitária e suas reivindicações pelos direitos cerceados durante os (des)caminhos da história que nos trouxe até aqui.

Com maturidade e consciência das limitações impostas pelo fazer humano, discutem a postura ideal da mídia e os princípios basilares da atividade jornalística. E, no intuito de analisar o corpus constituído por matérias veiculadas pelo Portal da Revista Veja, não se intimidam de enveredar pelos meandros da Análise de Discurso de tradição francesa, jovem campo do conhecimento surgido na década de sessenta do Século XX, que alia história, língua e ideologia para compreender a construção dos sentidos e, por extensão, a do sujeito discursivo.

Deixam claro que a Análise de Discurso, lugar da surpresa, da opacidade, do imprevisível, dos esquecimentos, não privilegia o que está dito no texto, mas sim como as condições de produção ensejaram os sentidos presentes. Além disso, a adoção desse dispositivo de análise possibilita desvendar os significados silenciados que pulsam inquietos sob a materialidade textual. Deixam claro que, sob essa perspectiva, irão perscrutar como os sentidos de indígena são construídos e divulgados no Portal da Revista Veja.

A leitura de seu texto nos instrumentaliza para

que enveredemos pelas sendas do discurso midiático e comecemos a pensar como a Análise de Discurso francesa pode nos ajudar a ver não só como as matérias elencadas na análise mas também como na imprensa em geral e na vida os sentidos se atrelam à história e aos valores compartilhados pelos integrantes de determinado grupo social. Nesse sentido, as autoras afirmam que “[...] o espaço midiático reproduz as relações sociais [...] mantendo a força do discurso da classe dominante e exclui o outro discurso [...]”.

Hellen e Yonah também nos fazem pensar acerca da importância dos sentidos silenciados e sua força suficiente para constituir interpretações de mundo que, certamente, são pensadas com a pretensão de conquista e/ou manutenção do poder na trama social. Nesse sentido, afirmam, categoricamente, que “o silenciamento do discurso indígena na mídia é fruto de uma construção histórica”.

A relevância de uma abordagem como a deste livro é nos mostrar que os sentidos com que os grupos sociais significam a realidade não são evidência, ou seja, não estão ligados de maneira indissociável às coisas e aos fenômenos. São construídos social e historicamente e assim compõem as interpretações possíveis da sociedade. Quanto maior força política detêm os sujeitos, suas formas de significar são mais facilmente divulgadas e, conseqüentemente, assimiladas pela grande maioria, que passa a adotá-las como se suas fossem.

Por fim, as autoras, ao discutirem o papel da imprensa, propõem “mudanças na postura das empresas jornalísticas e seus representantes”,

principalmente no que se refere aos indígenas e à forma como são significados. Nesse intento, oferecem-nos uma oportunidade de refletir sobre o quanto há de não-ditos nos “ditos” com os quais, nos embates cotidianos, assim como ocorre com os indígenas, grupos com maior poder político pretendem colonizar-nos.

*Parintins, junho de 2017*  
*Jocifran Ramos Martins*

## *Introdução*

---

Assistimos diariamente à riqueza cultural e linguística do Brasil desaparecer: no início da colonização das terras brasílicas, eram mais de mil povos indígenas. Atualmente resumem-se a 305 etnias falando aproximadamente 274 línguas, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010). A cultura nativa vem se perdendo, muitos não se reconhecem mais como indígenas, e a sociedade majoritária avança sobre suas terras.

O conhecimento sobre os povos indígenas nos repassado, seja por meio de livros, tv, revistas, jornais etc., advém de uma visão etnocêntrica, por isso os indígenas são vistos por muitas pessoas (principalmente por donos de mineradoras, fazendeiros que trabalham na expansão do agronegócio e da pecuária) como um empecilho ao “progresso”. Causou-nos surpresa tomarmos conhecimento de algumas matérias publicadas pelo portal de notícias da revista *Veja* no ano de 2014, as quais sustentavam a imagem indígena de maneira deturpada, inferior, preconceituosa e, pior, sem dar espaço para a voz indígena se manifestar. Além disso, esse período apresentou quantidade expressiva

de notícias relacionadas aos nativos, seis no total, todas expostas neste livro. Apesar de terem sido divulgadas em meses diferentes, o tema que conduz as narrativas é a demarcação de terras. Isso nos fez pensar na necessidade de refletir sobre a temática indígena. Era notório que o assunto necessitava ser abordado na academia, como forma de ajudar a sociedade a perceber o silenciamento do discurso indígena promovido pela Veja.

Para que se compreenda melhor a importância deste trabalho, de acordo a Funai (2010), a população indígena, em grande maioria, vem enfrentando uma acelerada e complexa transformação social, necessitando buscar novas respostas para a sua sobrevivência física e cultural e garantir às próximas gerações melhor qualidade de vida. As comunidades indígenas vêm combatendo problemas concretos, como invasões e degradações territoriais e ambientais, exploração sexual, aliciamento e uso de drogas, exploração de trabalho, inclusive infantil, mendicância e êxodo desordenado causando grande concentração de indígenas nas cidades. Porém, nem sempre, a mídia veicula esses problemas, e, quando o faz, apresenta o indígena de forma deturpada e violenta.

O site analisado faz parte do Grupo Abril, um dos maiores e mais influentes grupos de comunicação e distribuição de informação da América Latina. A revista *Veja* tem como público-alvo as camadas mais favorecidas da sociedade e é a maior em circulação nacional, além de ser bastante conhecida por divulgar assuntos que envolvem escândalos políticos. De acordo com Magalhães (2003, p. 133), “a revista parece dirigir-se a um público mais esclarecido, bem

informado, capaz de reconhecer as figuras de retórica utilizadas na construção do seu discurso”.

Optamos por utilizar a Teoria da Análise de Discurso (AD) de linha francesa por ela ter como objeto de estudo o discurso e procurar compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, afetada pelo contexto histórico-social (ORLANDI, 2002).

Esperamos que nossas conclusões a respeito de como os nativos são expostos pela Veja ajude o leitor a refletir melhor sobre o tema e desenvolva o senso mais crítico a respeito do poder dos veículos de comunicação. Portanto, deixamos aqui nossas reflexões, com a esperança de que ocorram mudanças significativas no seio da sociedade e nos veículos de comunicação ao abordarem assuntos relacionados às populações indígenas. Boa leitura!





## CAPÍTULO I

# Os povos indígenas no Brasil

Os povos indígenas do Brasil ainda são pouco conhecidos, principalmente quando se trata de sua diversidade sociocultural e linguística. Representam uma parcela significativa da população brasileira: soma 190.755.799 milhões de pessoas, sendo 817.963 mil indígenas, divididos em 305 etnias (IBGE, 2010).

Embora a maioria das pessoas já ter acesso à informação sobre a importância do indígena para a formação sócio-histórica do Brasil, elas ainda o veem, na maioria das vezes, como selvagem, preguiçoso e como empecilho ao desenvolvimento do país. Para Carmem Junqueira (2008), o processo de dominação ainda persiste nos dias atuais, ainda que com nova reformulação. Apesar de não se falar mais abertamente sobre o extermínio indígena ou a imposição do trabalho servil, “[...] permanece a visão

do índio como um ser incompleto, atrasado e incapaz, o que justifica o controle que o Estado impõe a sua vida e a seu destino” (JUNQUEIRA, 2008, p. 79).

Os povos nativos contribuíram de maneira significativa para a sociedade não só brasileira como mundial. Alguns exemplos dessa contribuição são a forma de manuseio da mandioca, o artesanato, o aproveitamento de várias plantas nativas, como o milho, a batata-doce, a pimenta, o caju, o feijão etc. Muitas de suas lendas foram incorporadas ao folclore brasileiro e tornaram-se conhecidas em todo o país. Reforçaram ainda a composição da atual população nacional através da mestiçagem e têm papel fundamental na luta pela conservação da biodiversidade de suas terras. Para a língua portuguesa, deixaram uma vasta contribuição linguística através de nomes de lugares, pessoas, plantas e animais.

Há, de acordo com o IBGE (2010), 274 línguas indígenas no país, e cerca de 17,5% da população indígena não fala a língua portuguesa. O IBGE (2010) aponta que a língua com o maior número de falantes indígenas de cinco anos ou mais de idade é a tikuna, com total de 34.069 falantes, sendo 30.057 falantes residentes em área indígena e 4.012 residentes em área urbana.

Vejamos o quadro com as línguas indígenas mais faladas no Brasil atualmente:

Número de ordem	Total		Nas Terras Indígenas		Fora das Terras Indígenas	
	Nome da língua indígena	Pessoas de 5 anos	Nome da língua indígena	Pessoas de 5	Nome da língua indígena	Pessoas de 5
1	Tikúna	34 069	Tikúna	30 057	Tikúna	4 012
2	Guarani Kaiowá	26 528	Guarani Kaiowá	24 368	Língua Geral Amazônica	3 466
3	Kaingáng	22 027	Kaingáng	19 905	Tukáno	2 670
4	Xavánte	13 290	Yanomámi	12 301	Guarani Kaiowá	2 160
5	Yanomámi	12 706	Xavánte	11 733	Kaingáng	2 122
6	Guajajára	9 502	Guajajára	8 269	Guarani Mbya	2 106
7	Mawé	8 934	Mawé	8 103	Teréna	1 890
8	Teréna	8 204	Teréna	6 314	Xavánte	1 557
9	Língua Geral Amazônica	7 237	Kayapó	5 520	Guajajára	1 233
10	Tukáno	7 082	Guarani Nhandeva	4 887	Mundurukú	1 138
11	Kayapó	6 204	Makuxi	4 675	Makuxi	1 099
12	Makuxi	5 774	Tukáno	4 412	Pataxó	836
13	Guarani Nhandeva	5 394	Língua Geral Amazônica	3 771	Mawé	831
14	Guarani Mbya	5 354	Kaxinawá	3 588	Wapixána	801
15	Mundurukú	4 701	Mundurukú	3 563	Baniwa	784

Figura 1: Pessoas indígenas de 5 anos ou mais de idade com indicação das 15 línguas com maior número de indígenas, por localização do domicílio. Fonte: IBGE (2010)

Os povos indígenas estão presentes nas cinco regiões do Brasil, sendo a região Norte aquela que concentra o maior número de nativos, 305.873, aproximadamente 37,4% do total da população indígena brasileira (IBGE, 2010). O Amazonas é o estado da região norte com o maior número de indígenas, 55% do total da região (IBGE, 2010).

Segundo o IBGE (2010), dos 817.963 indígenas do Brasil, 315.180 habitam as zonas urbanas e 502.783 vivem na zona rural, distribuídos entres as regiões do país, conforme sintetiza o gráfico a seguir:

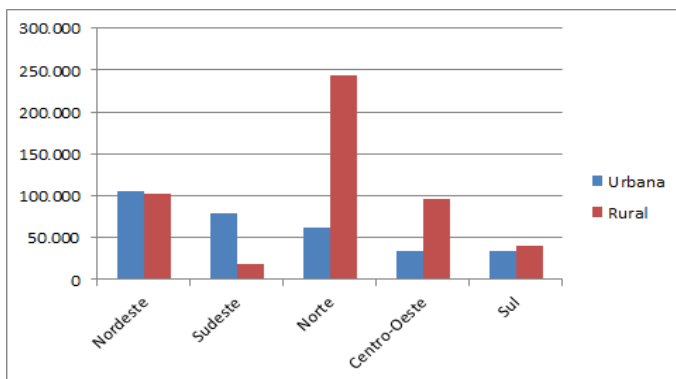


Gráfico 1: Dado demográfico de indígenas que habitam a zona urbana e zona rural. Fonte: Funai (2010, p. 4)

A redução nos territórios dos povos indígenas na época da colonização, as queimadas e as constantes invasões territoriais por parte dos madeireiros, posseiros e fazendeiros vêm causando problemas sociais extremamente graves, que afetam as comunidades indígenas na atualidade. Há uma forte reivindicação dos indígenas brasileiros pelas suas terras tradicionais, pois, segundo eles, é nelas que estão a referência básica para seus valores, o chão da sua cultura e a garantia do princípio da vida. Existem vários processos na justiça de retomada de posse de terras, porém a maioria dos processos está sendo contestada. Além disso, as deliberações costumam se arrastar por décadas, e terras já demarcadas são frequentemente invadidas. Por esse e outros motivos, como as difíceis condições de subsistência que encontram nas áreas indígenas, busca de maior conforto, reconhecimento, tratamento de saúde, educação etc., muitos indígenas migram para as urbes. No entanto, o que acabam encontrando nos

centros urbanos são condições tão ou mais difíceis de subsistência, uma vez que se soma às problemáticas citadas, o preconceito dos não-indígenas para com eles.

Apesar disso, a conscientização política indígena cresce a cada dia, suas demandas agregam apoios diversos, como do Conselho Indigenista Missionário – CIMI, que possui uma atuação missionária e conferiu um novo sentido ao trabalho da igreja católica junto aos povos nativos, e muitos já se encontram mobilizados e unidos através de várias associações. Santos (2006) lembra que, apesar de pouco conhecido, existe o movimento indígena, nomeado pelo líder indígena Daniel Munduruku de “índios em movimento”, uma vez que não existe apenas um movimento indígena no Brasil, mas vários, e cada aldeia estabelece e desenvolve o seu a partir de um conjunto de estratégias e ações desenvolvidas em defesa dos direitos e interesses das comunidades indígenas.

Segundo Munduruku (*apud* SANTOS, 2006), para que um indígena faça parte desse movimento, não precisa pertencer formalmente a uma aldeia, basta que ele participe das ações políticas e dos projetos definidos como agenda de interesse comum das pessoas, comunidades e das organizações que participam e sustentam a existência do movimento indígena.

Na Amazônia, o Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas (PDPI), que faz parte do Ministério do Meio Ambiente, e o Projeto Integrado de Proteção das Terras Indígenas na Amazônia Legal (PPTAL), que pertence à Fundação Nacional do Índio

(FUNAI), são alguns exemplos da existência e da capacidade de mobilização do movimento indígena amazônico. Para Santos (2006), essa visão estratégica de articulação nacional valoriza e fortalece a pluralidade étnica, na medida em que articula, de forma transparente, participativa e representativa, os diferentes povos.

Em 1970, aconteceu o movimento indígena brasileiro, um esforço conjunto e articulado de lideranças, povos e organizações indígenas, objetivando uma luta em comum, pela terra, pela saúde, pela educação e por outros direitos. Foi esse movimento indígena, apoiado por seus aliados, que conseguiu convencer o Congresso Nacional Constituinte a aprovar, em 1988, os direitos indígenas na atual Constituição Federal. Essa conquista assegurou aos nativos o respeito à sua organização social e reconheceu o direito originário sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Santos (2006, p. 36) explica esse processo de redemocratização do país:

Eu diria que é a visão mais civilizada do mundo moderno, não somente sobre os índios, mas sobre as minorias ou as maiorias socialmente marginalizadas. Esta visão concebe os índios como sujeitos de direitos e, portanto, de cidadania. E não se trata de cidadania comum, única e genérica, mas daquela que se baseia em direitos específicos, resultando em uma cidadania diferenciada, ou melhor, plural. Aqui os povos indígenas ganharam o direito de continuar perpetuando seus modos próprios de vida, suas culturas, suas

civilizações, seus valores, garantindo igualmente o direito de acesso a outras culturas, às tecnologias e aos valores do mundo como um todo.

Embora a Constituição assegure direitos aos indígenas, a cada ano os seus territórios se tornam mais reduzidos. O próprio Governo em 1973 estabeleceu um prazo de cinco anos para que todas as terras indígenas fossem demarcadas, mas até hoje a meta não foi alcançada. Isso faz com que ocorram cada vez mais invasões nas terras indígenas (TIs). Segundo Junqueira (2008), esses territórios são utilizados geralmente para as construções de hidrelétricas, estradas, implantação de empresas etc., resultando em conflitos, mortalidade imediata e redução das áreas destinadas aos índios. Junqueira (2008) afirma que o Governo não dá a devida importância para esses movimentos indígenas. Em vez disso, prefere acreditar que não pode existir um movimento indígena representativo devido à diversidade dos povos. Nega o movimento porque objetiva manipular os indígenas em favor de seus interesses políticos e econômicos.

Os direitos dos indígenas à preservação de suas culturas, à posse de suas terras e ao aproveitamento exclusivo de seus recursos são garantidos constitucionalmente, mas, na prática, a efetivação desses direitos tem se revelado profundamente controversa, sendo marcada por violência, assassinatos, grilagem e corrupção, assim como longas disputas na justiça e no Congresso Nacional. Isso ocorre porque existem muitos interesses políticos, culturais e econômicos envolvendo essa

questão.

As lideranças indígenas continuam na luta pelas suas terras, culturas e direitos. Algumas das suas reivindicações, segundo Junqueira (2008), são: a retomada imediata da demarcação de todas as terras indígenas, assegurando a sua proteção e sustentabilidade; anulação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000, que transfere do Executivo para o Legislativo a decisão final da demarcação de terras, proíbe a ampliação de terras já delimitadas e garante indenização a fazendeiros; o fortalecimento da Fundação Nacional do Índio (Funai), para que cumpra adequadamente a sua responsabilidade de defender os direitos indígenas; a priorização pelo Poder Judiciário no julgamento de processos de interesse dos povos indígenas, entre outras coisas.

Os movimentos indígenas promovem protestos e organizam manifestações, sejam elas nas mídias sociais ou nas ruas. Atualmente, esses movimentos ganharam uma aliada poderosa: a internet. Os recursos *on line* vêm sendo usados para atingir um grande público (dentro e fora do país) e aproximar muitas comunidades que vivem isoladas. Devido à falta de espaço que os nativos têm nas mídias tradicionais, essa nova forma de comunicação vem ganhando força e se tornando fundamental para aqueles que antes não conseguiam fazer sua voz ser ouvida.

### **1.1 A representação do indígena na mídia**

Foram muitas as representações atribuídas aos



indígenas no imaginário brasileiro. Atualmente, da mesma forma que existe o encantamento, também existe a repulsa pelo indígena. Ora são considerados violentos, guerreiros, primitivos ou preguiçosos. Outras vezes são idealizados como inocentes, dóceis, mansos e heróis da natureza. Há sempre distorções de realidade. Mas o que se destaca ao longo dos anos é a imagem do indígena como selvagem, forma pela qual geralmente é tratado pelos *mass media*, o que influencia diretamente na construção de um pensamento preconceituoso. De acordo com Amorim (2010), o indígena ainda é visto como sinônimo de atraso, ser diferente e anormal.

As mídias têm a função de informar o público da maneira mais verossímil possível, propondo uma reflexão sobre os acontecimentos noticiados diariamente. Porém, o que se vê nos meios de comunicação é uma forte influência política, econômica e ideológica de algumas empresas e organizações, que tiram o senso crítico dos indivíduos, levando-os a um estado de comodismo e passividade. Por esse motivo, os conteúdos divulgados acabam causando distorção da realidade, fortalecendo preconceitos e reduzindo o espaço destinado aos grupos considerados excluídos, como é o caso dos povos indígenas. Segundo Melo (2003), a mídia é uma instituição ideológica que reproduz a ideologia dominante, assim o discurso midiático que deveria promover crítica à ordem vigente acaba promovendo a exclusão das minorias.

Quando os meios de comunicação apoiam a ideologia de um determinado grupo, acabam reproduzindo aquilo também para o público, estabelecendo, assim, a ideologia do senso comum,

que é o pensamento compartilhado por todos, “mesmo os que não tiveram acesso à educação formal, sobre assuntos que circulam na sociedade, formando ideias preestabelecidas sobre fatos, acontecimentos, pessoas” (MELO, 2003, p. 24). E como consequência disso tudo, temos meios de comunicação tendenciosos e manipuladores, que visam atender seus próprios objetivos. Dessa maneira, fica evidente a falta de democratização nesses meios.

A imprensa, por exemplo, determina, de acordo com seu objetivo, quais assuntos devem ser veiculados e quais devem ser excluídos do âmbito da esfera pública. Impõe ainda, suas versões como verdades absolutas, fazendo com que muitas pessoas as aceitem sem criticá-las. A mídia, portanto, não é o espelho da realidade, e muitas matérias são fragmentos recortados e montados da vida diária. Segundo Batista, Silva e Simas (2015, p. 2-3):

É justamente por os textos jornalísticos exercerem essa grande função que se deve ficar atento aos seus discursos presentes nas notícias, reportagens ou notas, pois eles reforçam formações discursivas que contribuem para construção negativa, por exemplo, dos povos nativos. Deve-se ter uma visão crítica sobre o conteúdo divulgado pela mídia, passando a se questionar sobre as realidades criadas, em grande parte, para satisfazer determinado grupo e fortalecer ideologias de uma minoria.

A exclusão dos povos indígenas na sociedade está

diretamente ligada aos estereótipos criados ao longo do tempo, por exemplo, o indígena considerado puro – que vive na floresta, não usa roupa e se alimenta da caça – é visto como “coitadinho”. O indígena impuro – aquele que mora na cidade, que usa aparelhos tecnológicos, roupas – é tido como aculturado, preguiçoso, vagabundo e baderneiro. Já na literatura, há uma visão romantizada do indígena, ele é idealizado e, por vezes, retratado como um mítico herói nacional, em obras como Ubirajara, o Guarani, Iracema, entre outras. Nota-se, diante disso, as representações contraditórias sobre o indígena, fazendo com que eles sejam vítimas de preconceito e discriminação cultural, além de fortalecerem estereótipos.

Apesar de os meios de comunicação terem o poder de promover mudanças na maneira de pensar da sociedade, a representação social do indígena ainda é repassada de uma forma estereotipada. É possível notar isso nas notícias divulgadas, pois a maioria está relacionada à violência, tendo, sobretudo, o indígena como autor da ação (MELO, 2008). Dessa maneira, se propaga ainda mais o pensamento preconceituoso que remete ao período da colonização.

Das poucas informações que chegam ao grande público, percebemos a cultura indígena sendo abordada pelos meios de comunicação com temas bastante específicos, entre eles, destacamos a violência, invasões, desalojamentos e datas de comemoração. Se observarmos como os índios são apresentados na sociedade entendemos que é atribuída uma visão do “índio” como o diferente, o

preguiçoso, suprimido pela economia vigente, muitas vezes reforçando a visão dos antigos colonizadores em relação à força de trabalho indígena que fora posteriormente substituída pelos negros (MINARDI, 2012, p. 4).

A presença desse pensamento etnocêntrico da mídia em relação ao indígena é marcante, uma vez que reproduz as ideologias da classe dominante, divulgando uma visão deturpada sobre os nativos e silenciando sua importância histórica e cultural na constituição do povo brasileiro. São raras as vezes em que encontramos as vozes de lideranças indígenas em matérias jornalísticas, tampouco encontramos com frequência as reivindicações dos povos nativos sendo pautadas pelos veículos de comunicação. Esse modo de agir da mídia nega a identidade indígena e transforma os indígenas em sujeitos “invisíveis”.

## **1.2 O papel social do jornalismo e a objetividade jornalística**

A importância que o jornalismo exerce na construção de discursos na sociedade cresce cada vez mais, principalmente com o surgimento de novas ferramentas de comunicação, como a internet. O compromisso do jornalista com o público o obriga a informar a verdade, de forma que não atenda somente interesses particulares, mas sim da comunidade em geral. Em outras palavras, o profissional precisa apurar as informações de forma verossímil para veicular os acontecimentos, uma vez que “o papel da imprensa é o de informar à população o que é de interesse público, ou seja, aquilo que as

pessoas devem saber – e não apenas o que elas querem saber” (PAIVA, 2010, p. 6). Sendo assim, para que essas informações cheguem ao público com clareza, a notícia precisa ser investigada de forma aprofundada, a fim de esclarecer todas as indagações que venham surgir.

Kunczik (2001) ressalta que o jornalista deve respeitar a verdade, informar cuidadosamente e confiavelmente o público, verificando a fonte das notícias para não veicular informações incorretas ou falsas, ou seja, deve sempre buscar a objetividade. Esse conceito no campo jornalístico é utilizado para produzir o efeito de imparcialidade, ou seja, ser isento de qualquer acontecimento. É um recurso estratégico para produzir por meio de notícias a fidelidade do fato narrado.

Os jornalistas necessitando de transformar rapidamente acontecimentos em notícias, foram gradualmente adaptando procedimentos destinados a defendê-los de críticas e processos, como a citação de fontes credíveis, a descrição factual de ocorrências verificáveis, a constatação de fontes, a verificação dos factos que lhes eram narrados, etc. O problema é que estes procedimentos estiverem, de algum modo, na origem da noção de que as notícias “objectivas” poderiam ser o espelho da realidade (SOUSA, 2001, p. 48).

Segundo Brixius (2006), o discurso de objetividade começou a ser reproduzido pelos *mass*

*media* no século XIX para refletir a notícia como construção da realidade, pois, naquela época, a prática opinativa ainda era utilizada na explicação dos fatos. Portanto, foi uma forma do jornalista se neutralizar do acontecimento narrado e, assim, não ser diagnosticado como parcial, ou seja, aquele que defende apenas um lado. Diante disso, Tuchman (1999) aponta quatro procedimentos estratégicos para que o jornalista alcance a objetividade na produção de notícias. A primeira refere-se à apresentação de possibilidades conflituais, isto é, precisa identificar os fatos, mesmo que esses fatos não apresentem uma afirmação, como acontece nas coberturas políticas, nas quais, em sua maioria, apenas uma versão dos escândalos é reproduzida na sociedade. Nesse caso, “o jornalista deve buscar confirmar a afirmação ou um contraponto, pois, do contrário, poderá ser acusado de favorecimento” (BRUXIUS, 2006, p. 27). Para o autor, se contribui para a formação da imparcialidade quando são apresentados os dois lados da questão. Assim, o leitor terá condições de decidir em qual das versões acreditar.

O segundo procedimento é o da apresentação de provas auxiliares, ou seja, na construção da notícia é necessário que as citações conttenham dizeres que afirmem ou não determinada história. Já o terceiro procedimento é do uso judicioso das aspas, pois, ao inseri-las, a matéria produz a verossimilhança. Além disso, essa estratégia possibilita aos repórteres camuflarem a presença no texto, isto é, “ao inserir a opinião de alguém, eles acham que deixam de participar da notícia e deixam os fatos falar (*sic*)” (TUCHMAN, 1999, p. 81). Por fim, o último

procedimento estratégico é o da estruturação da informação em uma sequência apropriada, que é priorizar os dados mais importantes dentro de uma notícia através da pirâmide invertida. A autora diz que, ao responder todas as perguntas do *lead* (o que, quem, quando, onde, como e por que), está no caminho da materialidade e da objetividade.

Apesar de a objetividade ser retratada no âmbito jornalístico como forma correta de construir notícias, alguns autores afirmam que esse método não é possível, uma vez que diante dos fatos apresentados, mesmo que inconsciente, não se pode fugir do caráter interpretativo.

De acordo com o autor Jorge Pedro Sousa (2001), alcançar a objetividade é impossível, pois as notícias nunca seriam o espelho da realidade. Segundo o teórico, essa ideia se entranhou na cultura jornalística com facilidade, pois “para grande parte dos jornalistas, objectividade é essencialmente descrever factos verificáveis e verificados, citar fontes credíveis, contrastar fontes” (SOUSA, 2001, p. 46). Além disso, o autor frisa que esse procedimento produz uma falsa noção de que as notícias são objetivas e isentas de opinião. Por outro lado, ele ressalta que na produção noticiosa, nada impede o jornalista de exercer seu papel honestamente na busca dos fatos. Em outras palavras, “mesmo sendo a objectividade impossível, se por ela entendermos a apropriação total de um objecto de conhecimento pelo sujeito que conhece, não deve deixar de ser uma meta. O jornalismo ideal seria o jornalismo objectivo, se fosse possível” (SOUSA, 2001, p. 47-48).

Em suma, o papel do jornalismo na sociedade é

veicular os fatos com veracidade, isto é, o jornalista não deve mentir e nem fazer suposições de informação, pois apurar mal pode sugerir malandragem, além da tentativa de fugir do compromisso com a realidade.



## CAPÍTULO II

# A informação como discurso

O discurso não é língua, embora seja através dela que ele se materialize. Segundo Charaudeau (2015), ele resulta da combinação das circunstâncias em que se fala ou escreve, com a maneira pela qual se fala. O sentido do discurso emerge da imbricação das condições extradiscursivas e intradiscursivas que produzem sentidos. Dessa maneira, o sentido é construído pela linguagem do homem em uma situação de troca social e se constrói ao término de dois processos de semiótica: transformação e transição.

O processo de transformação consiste em transformar o mundo a significar em mundo significado, ou seja, abrange categorias que identificam os seres do mundo nomeando-os, qualificando-os, narrando-os, descrevendo-os etc. O processo de transição, por sua vez, comanda o processo de transformação. Nele, o sujeito que

produz um ato de linguagem dá uma significação psicossocial ao seu ato, atribuindo um objetivo a partir de um número de parâmetros, como: hipóteses sobre a identidade do outro, sua posição social, suas aptidões etc. Isso ocorre porque a finalidade do homem, ao falar, não é descrever o mundo de alguma forma, mas sim se colocar em relação com o outro. “Assim, todo discurso, antes de representar o mundo, representa uma relação, ou, mais exatamente, representa o mundo ao representar uma relação” (CHARAUDEAU, 2015, p. 42).

Através do exercício da linguagem são construídos os saberes. Essa atividade fundamenta-se em tornar o mundo inteligível. Entretanto, essa estruturação do saber de acordo com Charaudeau (2015), depende da forma de olhar do homem: voltado para o mundo, o olhar tende a descrever o mundo em categorias de conhecimentos; já o olhar voltado para si, tende a construir categorias de crenças. O homem diante do mundo pode decidir descrevê-lo, contá-lo ou explicá-lo. Essas atividades discursivas configuram os sistemas de interpretação do mundo. Além disso, colocam marcas de sua materialidade, possibilitando distinguir o que é semelhante do que é diferente.

Segundo Charaudeau (2015, p. 45), “são os saberes que resultam da atividade humana quando esta se aplica a comentar o mundo, isto é, a fazer com que o mundo não mais exista por si mesmo, mas sob o olhar subjetivo que o sujeito lança sobre ele”. As crenças interferem diretamente no modo de proceder à regulação das práticas sociais, ao se criarem normas afetivas de comportamento e de discursos de representação produzidos no âmbito social. Criam-se

dessa maneira normas consideradas ideais, que apontam imaginários de referências de comportamento (o que deveria fazer ou não fazer) e os imaginários que justificam esses comportamentos (se é do bem ou do mal). Quando essas crenças são estabelecidas numa enunciação informativa, servem para fazer com que o outro compartilhe do mesmo pensamento sobre o mundo, criando uma relação de cumplicidade.

A questão implícita para os saberes de conhecimentos e para os saberes de crenças trata-se de uma problemática da representação, que diz respeito à relação percepção-construção que o ser humano mantém com o real.

As representações, ao construírem uma organização do real através de imagens mentais transpostas em discurso ou em outras manifestações comportamentais dos indivíduos que vivem em sociedade, estão incluídas no real, ou mesmo dadas como se fossem o próprio real. Elas se baseiam na observação empírica das trocas, produzindo-se um sistema de valores que se erige em norma de referência. Assim, é elaborada uma certa categorização social do real, a qual revela que não só a relação de “desejabilidade” que o grupo entretém com sua experiência do cotidiano, como também o tipo de comentário de inteligibilidade do real que o caracteriza – uma espécie de metadiscurso revelador de seu posicionamento (CHARAUDEAU, 2015, p. 47).

Os saberes de crenças e conhecimento constroem-se nesse processo de representações. Um enunciado, por mais simples que seja, depende de numerosos entrecruzamentos entre discursos de representações que são produzidos numa sociedade, para que, então, possa ser representado. As mídias, sob a perspectiva das representações sociais, ao relatarem um acontecimento, constroem uma representação que toma o lugar da realidade. As próprias palavras utilizadas em situações recorrentes como, por exemplo, nas manchetes, tornam-se portadoras de valores.

De acordo com Charaudeau (2015), existem dois casos relacionados com a verdade e a crença e que não devem ser confundidos: o valor de verdade e o efeito de verdade. O primeiro diz respeito a uma construção explicativa elaborada com a ajuda de uma instrumentalização científica exterior ao homem, que pode definir-se como um conjunto de técnicas de saber dizer, de saber comentar o mundo, o que permite construir um “ser verdadeiro”. O segundo efeito tem mais a ver com o “acreditar ser verdadeiro”. Surge da subjetividade do sujeito em sua relação com o mundo. Diferente do valor verdade, que se baseia na evidência, o efeito de verdade baseia-se na convicção. O que se busca com esses dois seguimentos não é tanto a verdade, mas a busca pela credibilidade. Cada tipo de discurso coloca de uma maneira particular seus efeitos de verdade.

Para Charaudeau (2015), os efeitos variam em função de haver um pedido ou não de informação. Se caso a informação for pedida, ela acontece porque um indivíduo precisa nortear sua conduta, como comparecer a uma determinada reunião, ou formar

sua opinião sobre determinado assunto. O pedido de informação pode ser feito também pela própria organização da vida social que determina que os cidadãos sejam informados sobre os seus direitos e deveres. Trata-se de uma intencionalidade de pedido e, dessa maneira, instaura-se uma relação de troca entre o solicitante e solicitado para repassar a devida informação. Já no caso de a informação não ser pedida, o informador transmite uma informação própria, ou seja, procura construir uma hipótese de como poderia informar o indivíduo, ou opera com interesse pessoal, como plantar notícias falsas, vazamento de informações etc. Outro fato que pode ocorrer é o informador ser obrigado a falar (constrangido ou forçado), o motivo pode ser um domínio político, chantagem ou outros casos em que o sujeito é pressionado a falar algo.

A credibilidade que se dá a uma informação depende da posição social, da representatividade e do grau de engajamento do informador. Conforme Charaudeau (2015):

1) O informador tem notoriedade: produz um efeito duplo. Toda pessoa que tem notoriedade é uma pessoa pública, o que lhe confere certa autoridade, mas, por conta dessa posição, podem ser atribuídas a ela intenções manipuladoras. Acontece ainda de essa notoriedade está ligada a profissões, como sacerdotes, médicos, magistrados etc. Nesse caso, o sujeito é colocado “acima de qualquer suspeita”.

2) O informador é uma testemunha: desempenha o papel de “portador da verdade”, seu único objetivo é dizer o que viu e ouviu. Diferentemente da notoriedade, ele não é suspeito de

utilizar alguma estratégia, pois é considerado completamente ingênuo.

3) O informador é plural: acontece quando a informação surge de várias fontes. Nesse caso, ou as informações convergem em seu valor de testemunho ou de opinião, em que a pluralidade funciona como reforço de confirmação da verdade, ou as informações se opõem, causando confronto de testemunhos e de opiniões.

4) O informador é um organismo especializado: são os centros institucionais encarregados de recolher e estocar informações, estes são os menos suspeitos de estratégias manipuladoras. A informação que colocam à disposição apresenta-se como digna de fé.

Segundo Charaudeau (2015), as veracidades de uma informação são baseadas na representação de um grupo social quanto ao que pode garantir o que é dito. Para o autor, as provas da verdade devem ser objetivas, independentes da subjetividade do sujeito, exteriores a ele e reconhecida por outros. Dessa maneira, os meios discursivos devem tender a provar a autenticidade do discurso, sua existência e sua verossimilhança.

## **2.1 Identidade das instâncias de formação**

A comunicação midiática se baseia na troca entre duas instâncias: a de produção e a de recepção. Não se trata apenas de transmitir e consumir informação, mas de se confrontar com os acontecimentos que se produzem no mundo e de construir a partir disso um saber.

A instância de produção está ligada à questão econômica, uma vez que as mídias se constituem em empresas. De acordo com Charaudeau (2015), essa instância compreende vários tipos de atores, entre eles: os da direção do organismo de informação, que cuidam da economia da empresa; e os da programação, que são encarregados de escolher informações que tenham sucesso junto ao público. Todos contribuem para um discurso midiático que representa a ideologia do organismo de comunicação. O grande número de acontecimentos que ocorrem todos os dias e em diversos lugares obriga a instância midiática a abranger e selecionar o máximo de acontecimentos. É nesse critério de seleção que se põe em jogo a imagem de cada organismo de informação.

Charaudeau (2015) diz que, para alcançar a fonte do acontecimento, as mídias dependem de duas redes de jornalistas: a primeira tem a função de testemunhar, cobrindo vários lugares, com a ajuda de correspondentes e enviados especiais; a segunda tem a função de revelar. Essas, por sua vez, são organizadas em equipes de investigação. Essa busca da mídia pela novidade da informação e pelo furo de notícia pode levar o organismo jornalístico a cometer erros, como a falsa revelação, o anúncio prematuro de uma notícia, a revelação de um fato que não merecia tal relevância etc.

O papel que o jornalista deve desempenhar está marcado por uma série de contradições.

Em nome da credibilidade, o jornalista se coloca como simples fornecedor de

informação, simples *mediador* entre os acontecimentos do mundo e sua encenação pública, assumindo-se como a testemunha mais objetiva possível” (CHARAUDEAU, 2015, p. 77-78, grifo do autor).

O jornalista se apresenta também como revelador da informação oculta, assumindo o papel de aliado do público e de intérprete dos acontecimentos, quando tenta buscar as causas e as consequências. Com isso, segundo Charaudeau (2015), o jornalista pretende ser didático, colocando-se no papel de educador da opinião pública, sendo que a instância midiática pode apenas simplificar as explicações.

A instância das condições de recepção se refere ao público que consome a informação midiática. Porém, o público não pode ser tratado de uma maneira global, uma vez que ele se diferencia de acordo com o processo de transmissão: leitores, ouvintes, telespectadores. Dessa forma, pode-se compreender que as reações intelectivas e afetivas do público mudam de uma mídia para outra. Além disso, o público, quase sempre, é bem diversificado, se diferencia pelo status social e categorias mentais.

Charaudeau (2015, p. 79-80) afirma que a instância de recepção é carregada de “um conjunto ‘impreciso’ de valores ‘ético-sociais’ e, acrescentemos, ‘afetivos-sociais’, os quais devem ser levados em conta pela instância midiática [...]” para que, assim, as informações sejam repassadas para o público mais ou menos de acordo com suas expectativas. A instância de recepção pode ser abordada de duas maneiras: alvo intelectual ou alvo afetivo.



Ao alvo intelectual é atribuído a capacidade de pensar, isto é, aquele que possui aptidão em compreender uma notícia e é capaz de avaliar a credibilidade diante daquilo que é proposto. Este sujeito alvo não consome informação apenas para agir, mas também para ocupar certa posição social, estabelecendo relações com o outro, sejam elas de convívio ou de poder. Já o alvo afetivo é o que avalia de maneira inconsciente de reações de ordem emocional. A instância midiática, a partir disso, constrói hipóteses para tocar a afetividade do sujeito alvo, como por exemplo, o inesperado e o trágico.

Existe ainda a instância “receptor-público”, que, de acordo com Charaudeau (2015), não se trata mais de hipóteses, mas sim de entidades consideradas do ponto de vista de seus comportamentos como consumidores de um produto comercial, que é a mídia. Essa instância age com o objetivo de rentabilizar seu produto da melhor forma possível, para alcançar mais consumidores, e não mais como construtora de informação. Logo, ela precisa saber os comportamentos e opiniões do público e, para isso, recorre a duas técnicas: as que medem o sucesso de uma programação por meios eletrônicos e a outra, através dos “estudos de impacto”, que permite observar os efeitos produzidos pela maneira que o público trata os programas.

## **2.2 Acontecimentos como visão social do mundo**

As notícias são recebidas de forma diferentes pelas pessoas se considerarmos as circunstâncias e os contextos em que elas estejam inseridas. Segundo

Charaudeau (2015), para algumas pessoas, o que importará são as causas; para outras, serão as consequências ou os detalhes. A partir dessas falas, pode-se definir então a noção de “universo de discurso”, que se refere ao aspecto referencial da linguagem, em que o mundo é recortado através dessas representações languageiras e reconstruído em categorias de sentido.

O acontecimento se encontra nesse “mundo a comentar” e é definido ora como todo fenômeno que se produz no mundo, ora de maneira restritiva de um fato que está fora da ordem habitual. A significação do acontecimento depende do olhar que o sujeito estende sobre ele num sistema de pensamento e, assim fazendo, o torna inteligível. Assim também as coisas que existem ou aparecem no mundo, que só adquirem existência através da percepção-captura-sistematização-estruturação que deles faz um sujeito languageiro. O sujeito que fala é duplo, pois, “segundo o princípio de alteridade, ele se desdobra num eu e num tu que se definem mutuamente numa relação de intersubjetividade, dir-se-á que o olhar que estrutura o acontecimento que também é duplo[...]” (CHARAUDEAU, 2015, p. 96). Essa duplicidade está no olhar do sujeito que transforma através do ato de linguagem o acontecimento bruto em algo significante, e o olhar do sujeito interpretante, que reestrutura o acontecimento segundo sua própria inteligibilidade.

Essa inteligibilidade remete, segundo Charaudeau (2015), à hermenêutica da narrativa, em que a significação social da experiência humana passa por uma forma de inteligibilidade que a entrega numa narrativa, constituindo, assim, seu cerne: a “intriga”.

Isso se dá por meio de três “mimeses”, que servem para explicar a semiotização do mundo, e que, segundo os conceitos de Charaudeau (2015), são:

1) Mimese – 1, como pré-configuração do mundo, no qual os acontecimentos da natureza estão em estado de relativa autonomia. Não há significância ordenada em linguagem e depende de uma relação experiencial direta e global entre sujeito e o mundo.

2) Mimese – 2, como configuração do mundo prefigurado, que se dá pelo ato de enunciação de um sujeito. Essa configuração é designada como epistêmica, pois pressupõe uma teoria de ordenamento do sentido.

3) Mimese – 3, como re-figuração do mundo configurado, que resulta da atividade de inteligibilidade do sujeito receptor. É designada como hermenêutica, pois é uma tentativa de resposta interpretativa sobre os sentidos inscritos no mundo.

Independente do olhar do homem, existe no mundo uma natureza que vive segundo princípios energéticos. De acordo com esse pensamento, pode-se dizer que existem fenômenos autogerados, em que os acontecimentos podem ser previsíveis, como, por exemplo, a aparição de um ciclone; e fenômenos heterogerados, que são aqueles acontecimentos inesperados, que funcionam como algo perturbador, como seria o caso de uma destruição a um vilarejo. “Assim, vê-se que o acontecimento não é somente a desordem; ora é a ordem (a necessidade), ora a desordem (o acaso, a contingência)” (CHARAUDEAU, 2015, p. 98).

De acordo com Charaudeau (2015), um

acontecimento nasce, vive e morre numa dialética permanente da ordem e da desordem, e a percepção e significância dessa dialética dependem de um sujeito que interpreta o mundo. Para que um acontecimento seja compreendido, é necessário: produzir uma modificação no estado do mundo fenomenal, causadora de uma situação de desequilíbrio; que essa modificação seja percebida por sujeitos, num efeito de saliência; e que essa percepção se inscreva numa rede coerente de significações sociais por um efeito de pregnância.

Sendo a finalidade da informação midiática relatar o que ocorre no espaço público, o acontecimento será selecionado e construído em função de seu potencial de 'atualidade', de 'socialidade' e de 'imprevisibilidade' (CHARAUDEAU, 2015, p. 101).

O potencial de atualidade é a distância que separa o momento de aparição do acontecimento do momento da informação. Isso leva as mídias a inventar um dispositivo para configurar a contemporaneidade ou para dar a ilusão dessa contemporaneidade, ou para conseguir justificá-la. O potencial de socialidade é a aptidão em representar o que acontece num mundo em que nada do que está organizado coletivamente pode ser estranho aos indivíduos que aí se inserem. Para as mídias, isso se trata de responder à condição de pregnância, o que as leva a construir as formas de discurso do espaço público, como política, economia, cultura etc.

Já o potencial de imprevisibilidade tem o objetivo

de captação do contrato de informação. A saliência será produzida pelo fato de que o acontecimento escolhido perturbar a tranquilidade do sujeito consumidor da informação. O acontecimento midiático será interpretado em função do potencial do receptor, isto é, sua aptidão em recategorizar seu sistema de inteligibilidade e de redramatizar seu sistema emocional. Dito isto, o propósito como componente de informação se inscreve num processo de construção evenemencial, que aponta para o que é “notícia”. Dessa maneira, entende-se que o espaço público se confunde com o próprio acontecimento midiático, assim como aparece em sua configuração discursiva.



## CAPÍTULO III

# Análise de Discurso - AD

A Análise de Discurso é a teoria que estuda o discurso, procura compreender a língua fazendo sentido, considerando o trabalho simbólico, espaço social, período histórico e campos discursivos. Assim, permite análises de unidades além do texto. De acordo com Eni Orlandi (2002, p. 15),

Por esse tipo de estudo se pode conhecer melhor aquilo que faz o homem um ser especial com sua capacidade de significar e significar-se. A Análise de Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que se vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana.

A AD foi formulada a partir de três teorias, a saber: a Linguística, a Psicanálise e o Marxismo. De acordo com Orlandi (2002), a Linguística tem como objeto próprio a língua, procura mostrar que a relação entre linguagem, pensamento e mundo não é direta, pois cada um tem sua especificidade. Por outro lado, a AD pressupõe o legado do materialismo histórico, ou seja, compreende a materialidade do sentido, como um processo histórico de significação em que o sujeito, a linguagem e a história encontram-se materialmente implicados. Daí conjuga a língua com a história na produção de sentidos, forma linguístico-histórica.

A contribuição da Psicanálise para a AD é o deslocamento da noção de homem para a de sujeito, que se constitui na relação com o simbólico, na história. Do Marxismo, questiona o simbólico. A AD, ao mesmo tempo em que se embasa nessas teorias, rompe com pressupostos delas: questiona a Linguística sobre a transparência da língua – a língua não é transparente – materialidade da língua; questiona o Marxismo sobre a transparência da história – a história não é transparente ao homem – materialidade da história; questiona a Psicanálise – o homem não é transparente nem para si mesmo – o sujeito é opaco. Ainda conforme Orlandi (2002), a Análise de Discurso, trabalhando com as citadas rupturas, produz um novo recorte de disciplinas, constituindo um novo objeto, que é o discurso.

Entender que não se pode estar sujeito à linguagem e problematizar as formas de leituras que levem o sujeito falante ou o leitor a refletirem sobre as diferentes manifestações de linguagem são algumas funções da AD. A teoria coloca os indivíduos



num estado de reflexão tirando a ilusão de sermos conscientes de tudo, permitindo uma relação menos ingênua com a linguagem. A partir disso, cabe a nós perguntar como nos relacionamos com a linguagem enquanto sujeitos falantes (mãe, pai, amigo, cidadão etc.), sujeitos profissionais, autores e leitores.

De acordo com Orlandi (2002), apesar de a Análise de Discurso ter seu início nos anos 60 do século XX, o estudo que se refere a ela (em que a língua funciona para a produção de sentidos e permite analisar as unidades além do texto) já se apresentava de uma forma mais sistemática em outras épocas. A autora cita estudos de M. Bréal, do século XIX, com uma semântica história e estudos de formalistas russos do século XX, uma vez que pressentiam no texto sua estrutura, buscando uma lógica interna que não era a de análise de conteúdo, maneira tradicional de abordagem.

A Análise de Conteúdo procura extrair sentidos dos textos e busca responder o que texto quer dizer. Já a Análise de Discurso considera que a linguagem não é transparente. A grande questão da AD é como este texto significa? “Há aí um deslocamento, já prenunciado pelos formalistas russos, onde a questão a ser respondida não é o “o quê” mas o “como” (ORLANDI, 2002, p. 18). Assim, a AD não trabalha o texto somente como ilustração, mas sim como produção de conhecimento a partir do próprio texto, pois o enxerga como uma materialidade simbólica própria e significativa.

Para Orlandi (2002, p. 19), na Análise de Discurso:

- a) a língua tem sua ordem própria, mas só é relativamente autônoma (distinguindo-se da Linguística, ela reintroduz a noção de sujeito e de situação na análise da linguagem);
- b) a história tem seu real afetado pelo simbólico (os fatos reclamam sentidos);
- c) o sujeito de linguagem é descentrado, pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam. Isso redundaria em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia.

Segundo Orlandi (2002), para trabalhar o sentido, a AD se constitui no espaço em que a Linguística envolve a Filosofia e as Ciências Sociais, que “[...] na perspectiva discursiva, a linguagem é linguagem porque faz sentido. E a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história” (ORLANDI, 2002, p.25). Além disso, ela se utiliza de três regiões de conhecimento: a teoria da sintaxe e da enunciação, a teoria da ideologia e a teoria do discurso. A união dessas três regiões no estudo do discurso é que problematiza a relação do sujeito com o sentido.

A AD analisa ainda os gestos de interpretação que ela considera como atos do domínio simbólico, uma vez que eles intervêm no real do sentido. Ela trabalha os limites da interpretação e seus mecanismos como processos de significação. Para a AD, não existe uma verdade oculta presente no texto, mas sim gestos de interpretação que o analista deve ser capaz de compreender. A interpretação é pensar o

co-texto e o contexto imediato. Compreender, por sua vez, é saber como um objeto simbólico produz sentidos, ou seja, é conhecer como funcionam as interpretações, buscando uma explicação para os processos de significação presentes no texto.

### **3.1 O Discurso**

Na Análise de Discurso, a mensagem não se trata apenas de uma transmissão de informação. Nela não há separação entre emissor e receptor, nem existe uma sequência em que um fala primeiro e depois o outro decodifica, como no esquema elementar da comunicação, no qual o emissor transmite a mensagem ao receptor, e essa, por sua vez, é transformada em um código referindo a algum elemento da realidade. Segundo Orlandi (2002), emissor e receptor realizam ao mesmo tempo o processo de significação e, ao invés da mensagem, a autora propõem pensar o discurso, pois esse processo não se trata apenas de transmissão de informação, uma vez que existe um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos.

Para Orlandi (2002), o discurso é o efeito de sentidos entre locutores, e não pode ser confundido com “fala”, uma vez que não se trata de opô-lo à língua como está sendo um sistema, no qual tudo é mantido, com sua natureza social e suas constantes.

O discurso tem sua regularidade, tem seu funcionamento que é possível apreender se não opomos o social e o histórico, o sistema e a realização, o subjetivo ao objetivo, o processo ao produto (ORLANDI, 2002, p. 22).

Relacionando língua e discurso, a AD faz outro recorte teórico, no qual o discurso não é visto como uma liberdade em ato, totalmente sem condicionantes linguísticos, e nem a língua como totalmente fechada, sem falhas ou equívocos. Segundo Orlandi (2002), as sistematicidades linguísticas são condições materiais sobre as quais se desenvolvem os processos discursivos. Assim, a língua funciona como condição para o discurso. Entretanto, a fronteira entre língua e discurso é colocada sistematicamente na prática discursiva, uma vez que as sistematicidades citadas não existem de uma forma homogênea e organizada.

A Análise de Discurso se define pela sua proposta das novas maneiras de ler, colocando o dito em relação ao não dito, ao dito em outro lugar, problematizando as leituras de arquivo, expondo o olhar leitor à opacidade do texto (ORLANDI, 2012, p. 86).

As palavras só significam porque têm textualidade, isto é, porque sua interpretação deriva de um discurso. Compreendendo, então, o que é o texto, pode-se entender a relação dele com o interdiscurso (memória). O interdiscurso é aquilo que já foi falado antes, em outro lugar. É o conjunto de dizeres já ditos e esquecidos que servem de sustentação para cada tomada de palavra, também conhecido como memória discursiva. Ele disponibiliza dizeres que comprometem o modo como o sujeito significa uma situação discursiva como, por exemplo, nos dizeres que vêm sendo repassados por gerações a respeito dos povos

indígenas. Os nativos vêm sendo vistos de uma maneira preconceituosa ao longo dos anos, e, embora nos dias de hoje já se tenha conhecimento da importância deles para a formação sócio-histórica brasileira, o preconceito ainda permanece forte nos discursos das pessoas. Podemos perceber, então, que o dizer não é propriedade particular, ou seja, as palavras não pertencem apenas a um sujeito. Funciona como uma relação da língua com a história marcada pela ideologia.

Segundo Maingueneau (2002), o discurso apresenta características essenciais:

1) O discurso é uma organização situada para além da frase: todo discurso se manifesta em seqüências de palavras de dimensões que são realmente muito superiores à frase. Enquanto unidades transfrásticas, os discursos estão submetidos a regras de organização vigente, que governam uma narrativa, um diálogo, uma argumentação etc.

2) O discurso é orientado: porque é concebido em função de uma perspectiva assumida pelo locutor e também se desenvolve no tempo, de maneira linear. De acordo com uma finalidade, o discurso se constrói, dirigindo-se para algum lugar, podendo inúmeras vezes desviar seu curso.

3) O discurso é uma forma de ação: pois falar é uma forma de ação sobre o outro e não apenas uma representação do mundo. Prometer, sugerir, afirmar são atos constituintes de uma enunciação. Estes atos se enquadram em determinados gêneros discursivos, que buscam produzir mudanças no destinatário.

4) O discurso é interativo: a atividade verbal é

uma interatividade entre dois parceiros em que a marca nos enunciados se encontram no binômio EU-VOCÊ. A interação oral é a manifestação mais evidente da interatividade, pois nela os dois parceiros percebem imediatamente o efeito de suas palavras sobre o outro. Toda enunciação, mesmo sem a presença do destinatário, é marcada pela interatividade.

5) O discurso é contextualizado: não é possível atribuir um sentido a um enunciado fora de contexto, pois o mesmo enunciado, exposto em lugares diferentes, corresponde a dois discursos distintos. O discurso ainda contribuiu para definir seu contexto, podendo modificá-lo no andamento da enunciação.

6) O discurso é regido por normas: cada ato de linguagem implica normas particulares e nenhum destes atos pode efetuar-se sem justificar, de uma forma ou de outra, seu direito a apresentar-se da forma como se apresenta.

7) O discurso é considerado no bojo de um interdiscurso: um discurso só terá sentido se o relacionarmos no interior do universo de outros discursos.

Para interpretarmos qualquer enunciado, é preciso relacioná-lo com outros. Cada gênero do discurso tem sua maneira específica para tratar a multiplicidade das relações interdiscursivas.

O discurso, portanto, se define como um conjunto de enunciados numa mesma formação discursiva. Segundo Orlandi (2002), ele não pode ser concebido fora do sujeito e nem este fora da ideologia, uma vez que ela o constitui. O discurso funciona então como uma articulação dos processos ideológicos e

linguísticos, uma vez que a linguagem é um modo de produção social, servindo como local privilegiado da manifestação da ideologia, isto é, das formações ideológicas.

### **3.1.1 Sujeito discursivo**

Do ponto de vista da Análise de Discurso, o sujeito é essencialmente ideológico e histórico, pois está inserido num determinado lugar e tempo. O sujeito da AD não é o indivíduo, sujeito empírico, mas o sujeito do discurso, que traz consigo marcas do social, e que tem a ilusão de ser a fonte do sentido. Quando nascemos, não inventamos uma língua, entramos no processo discursivo que já está instalado na sociedade e, desse modo, nos submetemos à língua subjetivando-nos. Podemos considerar o sujeito como resultado da interpelação do indivíduo pela ideologia. De acordo com Orlandi (2002, p.50), o sujeito é livre e submisso ao mesmo tempo, pois “é capaz de uma realidade sem limites e uma submissão sem falhas: pode tudo dizer, contanto que se submeta à língua para sabê-la. Essa é a base do que chamamos assujeitamento”.

O sujeito da Idade Média era submetido aos discursos religiosos impostos pela Igreja, o que correspondia à forma de sujeito religioso. O sujeito atual possui outras características que, ainda assim, constituem uma submissão; não às leis da Igreja, mas às leis do Estado, com seus direitos e deveres. No mundo contemporâneo, o Estado exerce um poder sobre o sujeito. Assim, de acordo com Orlandi (2002), o sujeito religioso da Idade Média tornou-se o sujeito-de-direito ou sujeito jurídico, que é o da

modernidade. Essa nova forma de submissão é vista pela autora como menos visível, pois preserva a ideia de autonomia, de liberdade individual, de não-determinação do sujeito.

Ao mesmo tempo em que o sujeito aparece submetido, ele também se apresenta de maneira livre e responsável. De acordo com Orlandi (2002), o assujeitamento se faz de modo que o discurso apareça como instrumento do pensamento e o reflexo da realidade. “Na transparência da linguagem, é a ideologia que fornece as evidências que apagam o caráter material do sentido e do sujeito” (ORLANDI, 2002, p. 51). Orlandi (2012) ainda explica que o assujeitamento não é quantificável, ou seja, não se pode dizer que o sujeito é muito, pouco, ou parcialmente assujeitado, pois ele diz respeito à natureza da subjetividade e a qualificação do sujeito pela sua relação com o simbólico.

Segundo Orlandi (2002), o sujeito é afetado por dois tipos de esquecimento. O primeiro esquecimento é o enunciativo: no qual o sujeito privilegia algumas formas e “apaga” outras, no instante em que seleciona determinados dizeres em detrimento de outros, embora nem sempre tenha consciência disso. Com esse esquecimento, o sujeito tem a ilusão de que o que diz tem apenas um significado. Isso produz a impressão da realidade do pensamento, pois faz acreditar que existe uma relação direta entre pensamento, linguagem e o mundo.

O outro esquecimento é o ideológico: resulta no modo pelo qual o sujeito é afetado pela ideologia, em que ele se coloca como origem do dizer, quando, na realidade, retoma sentidos preexistentes. Nesse



esquecimento, o sujeito procura rejeitar, apagar, de modo inconsciente, tudo o que não está inserido na sua formação discursiva, o que lhe dá a ilusão de ser o criador de seu discurso.

### **3.1.2 Formação ideológica e formação discursiva**

A formação ideológica (FI) é o conjunto de representações e ideias que um determinado grupo tem do mundo. Ela repassada naturalmente de geração a geração junto com a língua, o que possibilita ao homem construir o seu discurso. O sentido, por exemplo, é determinado pelas posições ideológicas num processo sócio-histórico em que são produzidas as palavras, e estas, por sua vez, mudam de sentido de acordo com as posições daqueles que as empregam. As formações ideológicas são representadas no discurso através das formações discursivas (FD). De acordo com Orlandi (2002, p. 43), a FD “[...] se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada – determina o que pode e deve ser dito”. Ainda segundo a referida autora, a ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer. (ORLANDI, 2002, p. 46).

Orlandi (2002) pondera que o discurso se constitui em seus sentidos, pois o que o sujeito diz se inscreve numa formação discursiva. Diante disso, fica nítido que as palavras não têm um sentido nelas mesmas, pois derivam de formações discursivas em que se inscrevem. Todos os dizeres possuem um

traço ideológico e se apresentam na discursividade, isto é, na maneira como no discurso a ideologia produz seus efeitos. Palavras iguais podem significar diferentemente quando se inscrevem em formações discursivas diferentes. A autora cita o exemplo da palavra “terra”, a palavra significa diferente para um indígena e para um agricultor. Enquanto o nativo enxerga a terra como algo sagrado, sendo garantia do princípio da vida, o agricultor a vê como uma forma de crescer financeiramente.

A noção de FD para Sachetti Hübbe (2004) envolve dois tipos de funcionamento: a paráfrase e o pré-construído. A paráfrase é a constante retomada e reformulação dos enunciados em busca da preservação da identidade. É considerada como a matriz do sentido, uma vez que não existe sentido sem repetição e sustentação no saber discursivo. Mas em contraposição à paráfrase existe a polissemia, que rompe essas fronteiras e instala a multiplicidade de sentidos. Elas trabalham no discurso constituindo sempre o mesmo e o diferente.

No dizer, a paráfrase faz com que algo se mantenha, fazendo o retorno ao que já foi dito, produzindo, dessa forma, diferentes formulações do mesmo dizer. E o trabalho da polissemia é com o equívoco, com o deslocamento (SACHETTI HÜBBE, 2004, p. 20).

Já o pré-construído, de acordo com Sachetti Hübbe (2004), refere-se às construções anteriores e exteriores que se diferenciam do que é construído pelo enunciador, além de ser um ponto de articulação

da teoria do discurso com a linguística. O pré-construído remete, assim, às evidências através das quais o sujeito conhece os objetos de seu discurso: o que cada um sabe e o que cada um pode ver em uma situação dada.



## CAPÍTULO IV

# Silenciamento do discurso indígena no portal da Revista Veja

Utilizou-se a Análise de Discurso de linha francesa (AD) como base teórica e como método de pesquisa para estudo de textos jornalísticos, pois segundo Benetti (2007, p. 109-110), “uma metodologia deve ser condizente com a lógica de uma perspectiva teórica, por isso é necessário interpor à reflexão sobre Análise de Discurso, um ponto de vista teórico sobre jornalismo”. Apesar de o discurso jornalístico ter a obrigação de expressar a pluralidade de visões sobre um determinado tema, não é o que acontece. A Veja, por exemplo, acaba difundindo a ideologia da qual faz parte, que é a da classe dominante. A AD ajuda, então, a “identificar aqueles sentidos que, embora significativos, estão silenciados e analisar por que, afinal, estão ausentes daquele espaço discursivo (BENETTI, 2007, p. 115)”.

A partir da análise, foi possível compreender como são elaboradas as notícias que produzem discursos sobre o sujeito (o indígena) e como o veículo de comunicação produz seus efeitos a partir delas. Percebeu-se que o portal da Veja retrata a imagem do indígena de forma estereotipada, ou seja, como selvagem, violento e um atraso para o desenvolvimento econômico do país, ao mesmo tempo em que exalta o discurso do outro lado, representado pelos policiais, agricultores etc. Ambos pontos de vista fazem parte da mesma formação ideológica anti-indígena. Dessa maneira, o enunciado é construído através de paráfrases ao longo de uma série de sequências discursivas (SD). Como forma de evidenciar as marcas discursivas da formação discursiva (FD), as expressões foram assinaladas em negrito.

---

*Primeira notícia: Conflitos entre indígenas e a população*

## **Corpos encontrados em aldeia do AM podem ser de homens desaparecidos**

Necropsia deve ser feita ainda nesta terça-feira; no fim de 2013, conflitos entre indígenas e a população tiveram que ser contidos pelo Exército

Por Da Redação



Revoltados com o desaparecimento de três homens, moradores de Humaitá atearam fogo na sede da Funasa e da Funai, destruíram 13 veículos e três barcos usados no transporte de índios. Segundo a Polícia Militar, cerca de 3.000 pessoas participaram do protesto (Raolin Magalhães/Folhapress/VEJA)

Corpos de três homens foram encontrados em uma aldeia da Terra Indígena Tenharim Marmelos, em Humaitá, sul do Amazonas. Eles passarão por necropsia na manhã desta terça-feira, no Instituto Médico Legal (IML) de Porto Velho, para a confirmação da identidade.

A hipótese apontada pela polícia é que os cadáveres sejam de Luciano Freire, Aldeney Salvado e Stef Pinheiro. Eles estão desaparecidos desde 16 de dezembro. A comunidade da cidade se revoltou com o sumiço dos rapazes e acusam os índios da região pelas mortes.

De acordo com a direção do IML, os peritos devem fazer a necropsia ainda nesta terça-feira. Familiares dos três homens estão no local aguardando informações. O reconhecimento visual

dos corpos não foi indicado devido ao avançado estado de decomposição dos corpos.

**Prisões** – Cinco índios de etnia Tenharim estão presos desde o dia 30 de janeiro, suspeitos de terem assassinado os homens. O secretário de Segurança Pública de Rondônia, Marcelo Bessa, disse que há grande probabilidade de serem dos desaparecidos.

No final do ano, soldados do Exército e agentes de forças policiais foram acionados para reforçar a segurança na cidade de Humaitá quando índios e moradores entraram em conflito depois do desaparecimento de três homens. A operação policial foi necessária para que novos confrontos na região fossem evitados.

(Com Estadão Conteúdo. Fonte: [www.veja.abril.com.br/](http://www.veja.abril.com.br/))

A notícia referente ao dia 04/02/2014 aborda o conflito entre indígenas e uma parcela da população de Humaitá, ela narra que três jovens teriam sido supostamente mortos por indígenas da etnia Tenharim. Assim que houve os desaparecimentos, em dezembro de 2013, moradores da região já afirmavam que o sumiço das três pessoas teria sido uma represália indígena pela morte do **Cacique Ivan Tenharim**.

No título da notícia diz: “**Corpos encontrados em aldeia** do AM podem ser de homens desaparecidos”. A manchete já começa enfatizando o lugar onde foram encontrados os corpos que poderiam ser dos desaparecidos. Algo que muitos moradores de Humaitá já afirmavam sem ter



comprovação. Porém, a utilização da expressão “podem ser” no enunciado, significa uma possibilidade, isto é, de ser ou não os corpos dos três jovens. Um trecho do subtítulo da matéria lembra: “[...] no fim de 2013, **conflitos entre indígenas e a população** tiveram que ser **contidos** pelo Exército”, a frase é colocada na notícia com o intuito de fortalecer o preconceito sobre os indígenas, ao associá-los a mais um conflito, além de expô-los como se não fossem parte da população. A palavra “conflito” remete ainda ao período colonial, no qual índios e brancos entravam em confronto, tendo como principal motivo a luta pela posse da terra, o que perdura até os dias de hoje. Segundo Amorim (2010), esse discurso colonial se apoia no repúdio de diferenças raciais, culturais e históricas, com o objetivo de representar o colonizado como alguém a ser repudiado. Vale ressaltar também que os nativos, muitas vezes, não são bem aceitos nas cidades pelos não índios, e um dos motivos é o fato de eles serem estigmatizados como violentos, discurso que vem sendo proferido durante anos através da formação discursiva, que disponibilizam dizeres armazenados na memória discursiva de que eles são selvagens, violentos, ignorantes etc.

A notícia ressalta que o conflito teve que ser contido pelo exército para reforçar a segurança de Humaitá, o que causa espanto, uma vez que se trata de uma das três Forças Armadas do Brasil, fazendo menção de que naquele local está acontecendo uma guerra, entre indígenas e não indígenas – a “população”. Percebe-se, diante disso, a sequência de sentidos pertencente à formação ideológica anti-indígena, nas quais o nativo é exposto como um

sujeito que deve ser contido, ou seja, reprimido, pois apresenta perigo, ao mesmo tempo se coloca o exército como defensor da “população”. A frase é construída de forma subjetiva, visto que traz na sua constituição traços histórico-sociais. Isso ocorre porque “linguagem e história se constituem mutuamente e os sentidos precisam ser pensados na sua historicidade” (MARIANI, 1999, p. 106 *apud* BENETTI, 2007, p. 109). O texto jornalístico não só transmite como também reforça o discurso de que os nativos são selvagens, retira o *status* deles de cidadão, uma vez que, a partir do dizer “**conflitos entre indígenas e a população**”, cria o sentido de que eles não pertencem à população de Humaitá.

A imagem que compõe a notícia mostra cinco homens na traseira de um carro observando um incêndio, sendo que um está aparentemente registrando o ocorrido. A legenda diz: “**Revoltados** com o desaparecimento de três homens, **moradores de Humaitá atearam fogo na sede da Funasa e da Funai**, destruíram 13 veículos e três barcos usados no transporte de índios”. A ação dos moradores de Humaitá é colocada como “revolta”, que quer dizer entre outras coisas, indignação. Ou seja, antes mesmo de saberem o resultado da perícia, as pessoas estavam fazendo “justiça” com as próprias mãos, sem se importarem com as consequências que aqueles atos causariam.

Isso ocorre, muitas vezes, pela perda da confiança nos aparatos de segurança e justiça. Com um Estado ausente, a população, que exige uma solução imediata, é levada a resolver os problemas de maneira própria. Age assim com a convicção de que está correta, mas o que acaba acontecendo na verdade é a

banalidade da violência. As sedes e veículos nos quais foi ateadado fogo pertenciam a toda comunidade indígena, e não somente aos suspeitos do desaparecimento das três pessoas. Todos os indígenas daquela localidade acabaram pagando pelo crime de alguma forma. Constata-se que a violência imposta pelos moradores por meio da força ou a “revolta”, como a notícia coloca, levou a consequências desastrosas.

No momento em que a matéria apresenta os moradores praticando uma ação violenta, essa informação é colocada somente na legenda, a qual é escrita com letras pequenas, já no corpo do texto essa informação não é destacada. A imagem também não apresenta os moradores praticando tal ação, coloca somente o que aparenta ser uma casa pegando fogo. Isso ocorre porque o veículo de comunicação tenta possivelmente amenizar o ato praticado pelos moradores para reforçar a FD: somente os indígenas são violentos.

A legenda segue relatando: “**Segundo a Polícia Militar**, cerca de 3.000 pessoas participaram do **protesto**”. É utilizado no enunciado o discurso indireto da Polícia Militar, mostrando que o número em questão não foi inventado pelo jornalista que escreveu a matéria. Charaudeau (2015) explica que os meios de comunicação buscam palavras de especialistas, peritos e intelectuais para fortalecerem discursos como verdadeiros e únicos. Além da fala pertencer a um órgão respeitado, dá ênfase ao grande número de pessoas insatisfeitas com os desaparecimentos e que são contra os indígenas naquela localidade. A legenda descreve ainda as ações tomadas pelos não índios de atear fogo nas sedes e

em veículos, como uma forma de “protesto”, o que estimula à prática da violência. As escolhas das palavras reforçam mais uma vez a ideologia da Veja e sua formação discursiva.

Em um trecho do terceiro parágrafo: “A comunidade da **cidade se revoltou** com o **sumiço** dos rapazes e **acusam os índios** da região **pelas mortes**”. Desde o início, a suspeita de que indígenas seriam os responsáveis pelo sumiço dos três brancos, trouxe à tona uma teia de conflitos e contradições. O resultado disso foi a culpabilização dos indígenas pelas mortes, antes de qualquer investigação séria, e a prática de terríveis atos de violência contra a comunidade indígena Tenharim. As palavras “revoltou”, “sumiço”, “acusam” e “mortes” se ligam ao interdiscurso – conjunto de formulações feitas e esquecidas que determina o que dizemos (ORLANDI, 2002). Neste caso, carregam sentidos negativos, historicamente construídos.

Os jovens desaparecidos em questão são, conforme a matéria, Luciano Freire, Aldeney Salvador e Stef Pinheiro, que sumiram poucos dias após a morte do Cacique Ivan Tenharim. O Cacique teria supostamente morrido em um acidente de moto, entretanto, esse ocorrido não é citado na notícia, nem se apresenta nenhum *link* a respeito do caso para saber se houve alguma investigação sobre esse fato. O que difere do que ocorreu com os três jovens desaparecidos de Humaitá: a notícia deixa claro que os acusados (indígenas) pelos desaparecimentos foram considerados culpados e presos, antes mesmo de qualquer investigação ou comprovação dos fatos. Para Teixeira (2010), a formação discursiva é onde se constroem os sentidos, determinando o que “pode” e

o que “deve” ser dito, a partir de uma determinada circunstância. Diante disso, fica claro que o veículo de comunicação expõe somente aquilo que vai ao encontro de sua posição ideológica.

No quinto parágrafo da notícia, é destacada a palavra “**prisões**” que está diretamente relacionada aos indígenas. Nesse instante, percebe-se a interdiscursividade, uma vez que as palavras remetem sempre a outras palavras e a outros discursos, funcionando como um movimento circular. Pêcheux (1995) ressalta ainda que os dizeres são repassados ao longo do tempo, ou seja, são retomados e inseridos no pensamento da sociedade. Nesse parágrafo diz: “**Cinco índios de etnia Tenharim estão presos desde o dia 30 de janeiro, suspeitos de terem assassinado os homens**”, pela data nota-se que as prisões aconteceram antes de terem encontrado os corpos nas terras indígenas, bastou a imposição dos moradores do local por meio de um discurso de ódio ao acusarem os indígenas da região pelas mortes. O dia da publicação da notícia revela que, meses depois do desaparecimento, a polícia juntamente com outros órgãos e moradores da cidade ainda estavam fazendo investigações do caso. Fica nítido que a polícia não deu a mesma atenção para a morte do Cacique Ivan Tenharim, por este também não houve revolta por parte da população.

No enunciado, a voz dos indígenas é inteiramente ignorada e observa-se o desprezo a eles. Embora a notícia esteja relacionada aos indígenas, não há presença da fala deles, nem mesmo da Funai, que é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro, responsável por proteger e promover os direitos dos

povos indígenas no Brasil. São apresentadas apenas duas fontes para embasar a matéria: Polícia Militar e Direção do IML. É visível que o jornalista que escreveu a matéria trata a notícia de forma totalmente parcial, uma vez que não dá voz aos nativos, nem ouve todas as versões do caso. Rudin (2008) pondera que o trabalho do jornalista é avaliar os diferentes relatos de um acontecimento e apurar a informação de forma coerente, objetiva e concisa. Além disso, não pode ser tendencioso nem ter um envolvimento direto com o acontecimento. No entanto, Rudin (2008) adverte que a ideia de os jornalistas serem objetivos e imparciais é bastante controversa. Observa-se nessa perspectiva que o sujeito-autor, ou seja, o jornalista está assujeitado ideologicamente, pois está submetido às relações do seu cotidiano, ao seu inconsciente e a sua própria língua. Segundo Melo (2008), o discurso está sempre marcado pela presença do outro, isto é, um discurso pré-existente é sempre repetido e reafirmado pelo sujeito.

Diante do exposto, verifica-se que a notícia é apresentada de forma fragmentada e sem muitos desdobramentos. Não traz outras informações sobre as causas ou consequências do acontecimento, no entanto apresenta *links*, que destinam para outras notícias relacionadas, do ano de 2013, que foi quando aconteceram os desaparecimentos, mas ainda assim são notícias sem muitas explicações. A voz do indígena é apagada do texto, e os discursos em relação a ele são carregados de estereótipos, o que remete à FD, na qual o indígena é visto como um ser inferior. A Veja expõe também sua ideologia ao reforçar o pensamento da classe dominante e a

exclusão das minorias. De acordo com Teixeira (2010, p. 6), “o jogo ideológico da informação, por vezes, inviabiliza a publicação de determinados textos ou partes dele, pois indo de encontro à proposta editorial, não se considera importante sua divulgação”. Nesse caso, a Veja direciona o público às conclusões construídas pela matéria.

No final do texto, observa-se que a matéria foi compartilhada de outro site, o *Estadão Conteúdo*. Foram feitas apenas algumas alterações, o que revela a falta de compromisso da Veja com seus leitores, uma vez que não se preocupou em cobrir o acontecimento para tirar suas próprias conclusões ou trazer novas informações sobre o caso.

Passemos ao estudo da segunda notícia da revista Veja sobre a temática.

---

*Segunda notícia: Confronto entre índios e policiais*

## **Imagens de flechadas contra PM rodam o mundo**

Principais jornais e sites do mundo destacaram confronto entre índios e policiais durante a manifestação contra a Copa do Mundo em Brasília

Da Redação.

Access\_, 28 maio 2014, 15h04. Veja.com.



12/12 Índios protestam em frente ao Congresso Nacional, em Brasília (Laycer Tomaz/Câmara dos Deputados/VEJA)



1/12. Índios apontam flechas para a polícia durante protesto próximo ao estádio Mané Garrincha, em Brasília (Lunae Parracho/Reuters/VEJA)





2/12. Polícia usa bombas de gás lacrimogênio contra índios que protestam próximo ao estádio Mané Garrincha, em Brasília (Lunae Parracho/Reuters/VEJA)

A tragicômica cena de faroeste registrada nesta terça-feira, num confronto entre índios empunhando arcos e flechas e policiais militares a cavalo, ganhou destaque nos principais jornais e sites do mundo. A confusão começou quando um grupo de índios que realizavam um ato no Congresso Nacional pela demarcação de terras protegidas se juntara a manifestantes que marchavam contra a Copa do Mundo no Brasil. Para proteger o Estádio Nacional de Brasília, que abriga a exposição da taça oficial da Copa, a PM bloqueou vias e foi atacada – um policial foi atingido por uma flechada.

“Arcos e flechas contra gás lacrimogêneo”, destacou o espanhol *El País*, que ressaltou o calendário de protestos esperados nas sedes do mundial de futebol em junho. O inglês *Daily Mail* usou título similar – “arcos e flechas versus gás lacrimogêneo” – e publicou em seu site dezessete

fotos da batalha campal. Também foi a mesma linha do argentino *Clarín*: “Com arcos e flechas, índios entram em confronto com a polícia no Brasil”.

A rede *Al-Jazeera* também relatou surpresa com “índigenas vestidos com trajes típicos contra policiais a cavalo na capital do país”. O italiano *La Repubblica* estampou 29 fotos do embate nas ruas de Brasília em seu site.

Nos Estados Unidos, o *New York Times* divulgou um vídeo com imagens de índios investindo contra a Cavalaria da PM. “Um protesto reunindo ativistas indígenas e manifestantes contra a Copa do Mundo na capital do Brasil termina em confrontos próximo ao novo estádio de futebol.”

A rede alemã *Deutsche Welle* frisou: “O Brasil tem visto protestos regulares nas semanas que antecedem a Copa do Mundo. Muitos brasileiros estão irritados com os 11 bilhões de dólares que o governo gastou para sediar o torneio”.

O francês *Le Monde* citou outras paralisações que se espalharam pelo país nas últimas semanas. “Grevistas e manifestantes se beneficiam da visibilidade dada pela Copa do Mundo, prevista para começar em 12 de junho, para realçar as suas exigências.”

Fonte: [www.veja.abril.com.br/](http://www.veja.abril.com.br/)

A segunda notícia intitulada “Imagens de **flechadas contra PM** rodam o mundo” foi publicada no dia 18/03/2014. A matéria aborda o conflito que

aconteceu entre indígenas e policiais militares. No entanto, o título da matéria já chama atenção pelo uso das palavras: “flechadas” que está diretamente ligada aos indígenas, e “contra” que coloca o indígena em oposição à polícia, ou seja, o “errado” da história. Além de “rodam o mundo”, que remete ao grande número de pessoas que viram as imagens e a forma como o conflito chamou atenção dos outros países, espetacularizando o ocorrido.

No subtítulo diz: “Principais jornais e sites do mundo destacaram o **confronto entre índios e policiais** durante manifestação contra a Copa do Mundo em Brasília”. Mais uma vez a notícia enfatiza a proporção que tomou aquele ato, em que os principais sites do mundo, ou seja, os mais importantes de determinados países, divulgaram informações sobre o “confronto” entre indígenas e policiais. Isso ocorre principalmente porque o episódio lembra os conflitos de “indígena versus homem branco”, que aconteceram principalmente durante a colonização do Brasil, quando muitos indígenas morreram em combate contra colonos. Apesar de não estar explícito, isso pode ser compreendido por meio da interpretação que, segundo Orlandi (2002), é o sentido sendo pensado a partir do co-texto e o contexto imediato. É entender como um objeto simbólico produz sentidos.

Esse acontecimento também despertou o interesse internacional, por ter ocorrido junto a uma manifestação contra os gastos para a Copa do Mundo, que é outro assunto que sempre chama atenção da mídia mundial, pelo fato de o Brasil ser conhecido como o “país do futebol” (o maior em número de títulos de Copas do Mundo). O

enunciador também cita Brasília, capital federal do Brasil e a sede do governo do Distrito Federal, onde aconteceram as manifestações, lugar conhecido como o “berço” da política e que deveria ser exemplo de democracia.

Na matéria, são expostas 12 grandes fotos da manifestação (umas possuem a mesma legenda), alguns exemplos são: “**Índios apontam flechas para a polícia** durante protesto”; “**Polícia usa bombas de gás lacrimogêneo contra índios que protestam** próximo ao estádio Mané Garrincha”; “**Índios entram em confronto com a Polícia Militar** ao tentarem se aproximar do Estádio Nacional de Brasília” e “**Índios** se juntam a protesto contra a Copa e **entram em confronto com a polícia** em Brasília”. Nota-se, nesses dizeres, que os indígenas são apresentados como vândalos e baderneiros e os policiais são expostos de maneira passiva. A palavra “índio” usada na matéria traz em si um sentido negativo e pejorativo. Por isso, atualmente, os nativos se autodenominam indígenas num contradiscurso aos sentidos contidos na palavra índio. Além do mais, o preconceito presente nas legendas junto às formações ideológicas do veículo de comunicação assujeitam os indígenas a categoria de selvagem, principalmente quando cita que eles apontavam flechas, subentendendo uma ameaça.

Para Orlandi (2002, p. 44), “os sentidos não estão [...] predeterminados por propriedades da língua. Dependem de relações constituídas nas/pelas formações discursivas”. Percebe-se na primeira imagem apresentada na matéria que, apesar de somente os indígenas estarem sendo expostos como autores da violência, os policiais também estão

armados, porém são exibidos como benfeitores da sociedade. Através da foto, que é um texto não verbal, observa-se também que os manifestantes indígenas se mostram pintados e usando objetos e acessórios indígenas, como os de 1500, na descoberta do Brasil. Essas características servem para reforçar a sua identidade e para que assim, de alguma forma, se diferenciem das outras pessoas e sejam vistos pelo poder público.

A palavra “contra” aparece mais uma vez dando ideia de oposição. É sempre o indígena que aparece entrando em conflito com a polícia, nunca o contrário. Já quando a PM é descrita reagindo aos supostos “ataques” dos indígenas, lê-se: **“Polícia usa bombas de gás lacrimogênio contra índios”**, é utilizado o verbo “usa”, numa tentativa de amenizar a ação da polícia contra os indígenas. De acordo com Melo (2008), a mídia representa a realidade em que vivemos como fragmentos recortados e remontados, além de ser parcial, uma vez que há a presença autoral do jornalista (e toda sua carga ideológica e cultural) e da empresa na qual trabalha. É válido também ressaltar que as bombas que a polícia usou contra indígenas, mesmo sendo feitas de gás lacrimogênio, podem ser fatais. Outra coisa que se faz relevante é o fato de, em uma das legendas, estar descrito “índios se juntam a protesto contra a Copa [...]”, é nítido que o enunciador não se preocupou em saber o real motivo que levou os indígenas a protestar, tampouco se preocupou em ouvi-los.

No trecho **“A tragicômica cena de faroeste registrada nesta terça-feira, num confronto entre índios empunhando arcos e flechas e policiais militares a cavalo, ganhou destaque [...]”**, o termo

“tragicômica” utilizado na oração, quer dizer que o conflito foi ao mesmo tempo trágico e cômico. Trágico por causa do confronto que estava acontecendo, e cômico pela forma em que indígenas e policiais se apresentavam naquele momento. Nota-se nesse trecho que as palavras se relacionam remetendo a um discurso irônico por parte do jornalista que escreveu a matéria. Segundo Sachetti Hübbe (2014, p. 22), “todo discurso tem relação com um discurso anterior e aponta ainda para outro discurso”. O jornalista, assujeitado, uma vez que se apropria de um discurso preexistente, usa de ironia também ao descrever a cena como “faroeste”, que compõe um gênero clássico do cinema norte-americano, ao qual também se emprega o termo *bang-bang*, pelo fato de alguns filmes incorporarem cenas passadas ou relacionadas com guerra.

Ao utilizar a palavra “faroeste”, o enunciador faz novamente o uso do interdiscurso, construindo uma sequência discursiva com o objetivo de confirmar o seu ponto de vista, de que naquele local estaria acontecendo uma guerra/batalha. Continuando essa analogia, ele descreve “[...] índios empunhando arcos e flechas e policiais militares a cavalo”. Ao construir essa frase, o jornalista em questão atualiza a formação discursiva que concebe o indígena como “primitivo” e “bárbaro”, já os policiais a cavalo representam o homem branco, enaltecido e sempre pronto para enfrentar as batalhas. Entretanto, como foi citado anteriormente, na imagem é possível observar que os policiais também estavam armados, o que mostra a leitura dos fatos como tendenciosa.

No outro trecho: **“A confusão começou quando um grupo de índios que realizavam um ato no**

Congresso Nacional [...]”, a notícia é bem enfática ao culpar os indígenas pelo início do conflito após se juntarem com outros manifestantes, mostrando-os como baderneiros e apresentando os policiais em desvantagem.

Em outra parte desse mesmo parágrafo: “**Para proteger o Estádio Nacional** de Brasília, que abriga a exposição da taça oficial da Copa, a **PM bloqueou vias e foi atacada – um policial foi atingido por uma flechada**”, a polícia é exposta como “salvadora da Pátria”, uma vez que estava fazendo sua função de proteger a taça da Copa, o que justificaria qualquer ação tomada por ela. É notório que proteger a taça era o maior interesse da PM, como se um objeto valesse mais do que a vida de um indígena. Esse trecho destaca ainda que um policial havia sido atingido por uma flechada, colocando mais uma vez a PM como “coitadinha” e os indígenas como “selvagens”. Além do mais, em momento algum há informação sobre o bem-estar dos indígenas, por conta da bomba de gás lacrimogêneo que foi lançada sobre eles ou por qualquer outra coisa que pudesse ter acontecido com eles em decorrência do conflito.

A última parte da matéria elenca as manchetes dos principais jornais *online* do mundo. A primeira manchete divulgada é a do jornal *El País*, da Espanha: “**Arcos e flechas contra gás lacrimogêneo**”, [...] que ressaltou o calendário de protestos esperados nas sedes do mundial de futebol em junho”. “O inglês *Daily Mail* usou título similar – “**arcos e flechas versus gás lacrimogêneo**” – e publicou em seu site dezessete fotos da **batalha campal**”. “Também foi a mesma linha do argentino *Clarín*: “**Com arcos e flechas, índios entram em**

**confronto com a polícia** no Brasil”. As palavras “contra”, “versus” e “confronto” que são apontadas nas manchetes denotam oposição e briga. Em todos os casos é possível perceber a FD, pois os sentidos se mantêm, e a visão de que o indígena é autor da violência é reforçada no texto noticioso a partir dessa exposição. “Arcos e flechas” que são objetos indígenas, utilizados para a caça, são destacados e lembrados por todos os “grandes” jornais, com o intuito de chamar atenção para as “armas” utilizadas pelos indígenas naquele momento.

A notícia frisa ainda que os jornais deram relevância às fotografias do confronto, e que, segundo a matéria, parecia uma “batalha campal”, isto é, uma arena de batalha. Nessas sequências discursivas que evidenciam a FD, observa-se que os discursos estão carregados de orientação pré-determinada, a fim de convencer o seu leitor e fazê-lo acreditar nas “verdades” do seu discurso. Dessa forma, para Sachetti Hübbe (2014, p. 27) “os discursos dizem o que querem dizer de maneira implícita, não se comprometendo com o que fica implicitado, podendo, inclusive, negar o implícito”.

Em outro trecho: “A rede *Al-Jazeera* também relatou surpresa com **‘indígenas vestidos com trajes típicos contra policiais a cavalo’** na capital do país”. De acordo com a *Veja*, o conflito foi uma “surpresa” para a *Al-Jazeera*, ou seja, algo inesperado. A Manchete destaca os trajes típicos (vestimentas mais comuns aos indígenas brasileiros considerados “não civilizados”) que foram usados por indígenas na manifestação, algo que lembra as vestes usadas por eles no descobrimento do Brasil, como mostram em livros, filmes etc. Mais uma vez aparece a oposição



entre indígenas e policiais fortalecendo a formação ideológica anti-indígena. Ainda sobre as manchetes: “O italiano *La Repubblica* estampou **29 fotos do embate** nas ruas de Brasília em seu site”. Segundo a notícia, o jornal também priorizou as imagens. A intenção do veículo de comunicação, ao fazer isso, é chamar atenção do público, mesmo que de maneira sensacionalista.

A notícia antecipa: “Nos Estados Unidos, o *New York Times* divulgou um vídeo com imagens de **índios investindo contra a Cavalaria da PM**”. A frase já pressupõe a oposição e utiliza o termo “investindo”, que nesse caso quer dizer atacar. Em sua manchete, o *New York Times* diz: “Um **protesto reunindo ativistas indígenas e manifestantes contra a Copa do Mundo** na capital do Brasil termina em **confrontos** próximo ao novo estádio de futebol”. O jornal, além de divulgar um vídeo sobre a manifestação, cita a “Copa do Mundo” e o “futebol”, motivo pelo qual o Brasil é conhecido internacionalmente, como já foi dito. Mas ressalta os problemas que o país vem enfrentando, inclusive com os indígenas, reproduzindo uma imagem negativa do país.

Os jornais em questão ocupam uma posição no espaço social e, como tais, produzem discursos determinados por lugar e tempo históricos, que vão situar-se em relação aos discursos do outro. Para que possam produzir seus efeitos a respeito dos assuntos que envolvem os indígenas, os veículos de comunicação são afetados pela língua e pela história, pois, se assim não for, não se constituem, não falam e não produzem sentidos.

Nota-se que “a *Deutsche Welle*, mais do que os outros jornais, evidencia a Copa do Mundo. Muitos **brasileiros estão irritados** com os 11 bilhões de dólares que o governo gastou para sediar o torneio”. A rede alemã revela um discurso mais político. O foco é mostrar para o mundo a situação do país semanas antes do início da Copa. Além do mais, é usado na manchete o termo “irritados”, para demonstrar a insatisfação dos brasileiros com os gastos públicos. A *Deutsche Welle* é bem enfática em destacar os “11 bilhões de dólares que o governo gastou”. Expõe também que os protestos são “regulares”, ou seja, frequentes no país. Os indígenas, dessa vez, não foram citados, pelo menos não na manchete, onde vem o título principal, de maior destaque da notícia, e o que mais interessa o leitor no primeiro olhar.

É construído ao longo da notícia um processo parafrástico através das manchetes, isto é, há um retorno constante do mesmo espaço dizível. O discurso do jornal *Le Monde* passa de uma forma um tanto hostil, que os manifestantes se aproveitaram da visibilidade da copa para protestar, para que assim fossem vistos e ouvidos. Segundo a notícia em análise: “O francês *Le Monde* citou outras paralisações que se espalharam pelo país nas últimas semanas. **Grevistas e manifestantes se beneficiam da visibilidade dada pela Copa do Mundo**, prevista para começar em 12 de junho, **para realçar as suas exigências**”. Entretanto, Maingueneau (2002) lembra que o discurso também é uma forma de ação: pois falar é uma forma de ação sobre o outro e não apenas uma representação do mundo. A palavra “exigências” que é empregada na frase expressa à imposição dos manifestantes.

Ao utilizar as aspas nas manchetes, a *Veja* cria um efeito de que o que está escrito é exatamente o que os jornais falaram, sem alterações nas palavras, isto é, estaria reportando o que realmente foi dito. Mas, Maingueneau (2002) adverte que o enunciador utiliza a fala do outro de acordo com a vontade de mostrar sua versão. O objetivo do enunciador, então, seria se apropriar de outros discursos para persuadir o leitor a compartilhar do mesmo pensamento ideológico.

A matéria faz um recorte de informações de interesse da classe dominante e não apresenta a fala do indígena. Segundo Minardi (2012, p. 5), “na maioria dos casos a representação social do indígena apresentada pela mídia distorce fatos, excluindo testemunhas indígenas para privilegiar interesses políticos”. Nota-se o etnocentrismo e os estereótipos ao expor a imagem do indígena (tanto na notícia quanto nas legendas e manchetes) como “vândalo” e “selvagem”. O enfoque na oposição entre indígenas e policiais também é marcante. Mas, o que impressiona é a forma preconceituosa com que os nativos brasileiros estão sendo expostos pelo mundo.

---

*Terceira notícia: Movimento contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215*

## **Protestos de índios viram rotina em Brasília - e agora têm até flechadas**

Movimento que reúne diversas etnias luta

contra a aprovação de uma emenda à Constituição que transfere ao Congresso a atribuição de decidir sobre demarcação de terras protegidas

Por Mariana Zylberkan  
access\_time29 maio 2014, 18h45



Índios acorrentados durante protesto em frente ao Ministério da Justiça, em Brasília (Lunae Parracho/Reuters/VEJA)

A cena de faroeste no país da Copa do Mundo, com índios disparando flechas contra policiais a cavalo no Distrito Federal, na última terça-feira, faz parte de uma recente rotina de protestos conduzidos por um grupo heterogêneo de etnias que integram a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib). Nesta quinta-feira, o movimento voltou a causar confusão com índios se acorrentando em postes diante do prédio do Ministério da Justiça. A principal bandeira é a luta contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, que transfere ao

Congresso Nacional a atribuição de deliberar sobre demarcações de terras indígenas no país – hoje a cargo da União.

Nesta semana, 600 índios estão reunidos na capital federal na chamada “mobilização nacional indígena”, organizada anualmente. Na última terça, entretanto, parte desse grupo resolveu se juntar a manifestantes que marchavam contra a realização da Copa do Mundo no Brasil e entraram em confronto com a polícia – um policial foi ferido a flechada.

As imagens da batalha campal entre índios das mais variadas tribos – alguns de calça jeans e tênis de marca – e policiais rodaram o mundo. Mas o histórico de confusão é conhecido em Brasília. Em outubro do ano passado, o mesmo movimento tentou invadir o prédio da Câmara dos Deputados durante manifestação contra a aprovação da PEC 215. Houve empurra-empurra e uma vidraça foi quebrada. Índios também furaram os pneus do carro do deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP) e obrigaram o parlamentar a descer do veículo. No mesmo dia, o movimento promoveu um “tiro ao alvo” com arcos e flechas em um painel montado no gramado da Esplanada. Os alvos, no caso, eram deputados da chamada bancada ruralista, favoráveis à aprovação da PEC. Um cartaz atacava a senadora Katia Abreu (PMDB-TO), uma das lideranças dos ruralistas no Congresso: “Katia Abreu, se agrotóxico não faz mal, então bebe”.

Integrante do comitê de imprensa da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, Renato Santana afirma que a Copa do Mundo joga luz nas contradições do governo federal para lidar com as

questões sociais do país. Por isso, argumenta, os índios se juntaram aos manifestantes na terça-feira. “Além disso, o cultivo de grãos, principalmente de soja, foi afetado pela construção do estádio em Brasília”, diz. Santana nega que as flechadas foram um ataque à polícia: “Eles estavam fazendo um ritual com cantos e dança para protestar quando os policiais jogaram os cavalos e, para se proteger, fizeram isso”.

Fonte: [www.veja.abril.com.br/](http://www.veja.abril.com.br/)

A notícia divulgada no dia 29/05/2014 trata de um protesto realizado por indígenas. O motivo seria a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215 que havia sido aprovada pela comissão especial da Câmara dos Deputados, o que para os nativos significa um retrocesso na árdua luta para a conquista dos seus direitos. A manchete expõe: **“Protestos de índios viram rotina** em Brasília – e agora **têm até flechadas**”, a palavra “rotina” refere-se a algo habitual, ou seja, que costuma acontecer em Brasília, como se os indígenas estivessem sem controle, e a Capital Federal, refém deles. É citado o termo “flechadas” relativo à palavra “flecha”, que ideologicamente remete aos nativos, visto que unida ao arco funcionam como armas utilizadas pelos indígenas.

Antes do texto da matéria é exibida uma imagem em destaque sobre o acontecimento, na qual indígenas aparecem entrelaçados a correntes, uns estão vestidos de modo mais tradicional, pois apesar de estarem de calça jeans se apresentam pintados e

com cocares, já outros vestem apenas camisa e calça. A legenda descreve: “**Índios acorrentados durante protesto** em frente ao Ministério da Justiça, em Brasília”. A expressão “acorrentados” tem por objetivo impactar o leitor, trazendo a tona a memória discursiva deles como animais selvagens. Tanto a manchete quanto a legenda, assim como outras partes do texto, remetem à formação discursiva, que segundo Orlandi (2002), podem ser entendidas como regionalizações do interdiscurso, que disponibilizam dizeres determinado pelo já dito, visto que o indígena é colocado mais uma vez na notícia de modo preconceituoso e estereotipado.

No primeiro parágrafo, lê-se: “A **cena de faroeste** no país da Copa do Mundo, com **índios disparando flechas contra policiais a cavalo** no Distrito Federal, na última terça-feira, faz parte de uma **recente rotina de protestos conduzidos por um grupo heterogêneo de etnias [...]**”. Assim como na matéria anterior, é citada a palavra “faroeste”, para demonstrar aquele ato de “guerra” que, segundo a Veja, estava vivendo o país. Charaudeau (2015) explica que quando as palavras são usadas em situações recorrentes pelo mesmo enunciador acabam se tornando portadoras de determinados valores. A matéria enfatiza ainda que essa “guerra” ocorre justamente “no país da Copa do Mundo”, onde aconteceria a vigésima edição do torneio internacional de futebol organizado pela Federação Internacional de Futebol (FIFA). Também é lembrada a ação dos indígenas ao dispararem flechas contra os policiais, colocando-os em condição de selvagens. Já os policiais são expostos assim como nos textos anteriores de maneira passiva, aparecem

como vítimas da ação dos manifestantes indígenas, sustentando a formação ideológica anti-indígena.

O trecho adverte que o episódio faz parte de uma “rotina”, isto é, que sempre acontece, e que os protestos são “conduzidos” por indígenas de etnias diferentes, o que constata que essa luta não é uma vontade singular, mas sim de vários povos nativos. Porém, ilustra a imagem do índio de forma genérica uma vez que não se apresenta essas etnias, desconsiderando a diversidade étnica existente no Brasil.

Ainda nesse parágrafo: “Nesta quinta-feira, **o movimento voltou a causar confusão com índios se acorrentando** em postes diante do prédio do Ministério da Justiça. A principal bandeira é a luta contra da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215 [...]”. A palavra “movimento”, que, segundo Santos (2006), Daniel Munduruku prefere chamar “índios em movimento”, pode significar também o ato de mover-se ou, ainda, um conjunto de ações de um grupo mobilizado por um mesmo fim. Porém, a palavra “movimento” é colocada pela Veja para representar os autores de rotineiras “confusões”. Para justificar esse dizer, é retratado “índios se acorrentando em postes”, sem explicar que isso foi uma forma utilizada por eles para despertar a atenção das autoridades, uma vez que o ato se passa diante do prédio do Ministério da Justiça. O que para os indígenas faz parte da luta por uma causa justa, com o objetivo de defender seus direitos, para o veículo de comunicação é considerado uma desordem, apesar de ser citada na notícia a principal bandeira de luta dos indígenas: a PEC 215.



Ao representá-los através de estereótipos de maneira repetitiva, a Veja assegura a validade do discurso colonial, através da FD, garantindo que ele permaneça produzindo efeitos de verdade. Segundo Teixeira (2010), as formações discursivas constituem o discurso na medida em que trabalha a ressignificação do sujeito sobre o que já foi dito, o repetível.

No decorrer da matéria, continua sendo citado o protesto e o fato de um policial militar ter sido atingido por uma flecha. Também é exposto que parte de um grupo de 600 indígenas decidiu se juntar a manifestantes que marchavam contra a realização da Copa do Mundo no Brasil. Nota-se que a Veja, por ter uma ideologia de direita política, explora as manifestações contra as medidas adotadas pelo Governo e dá pouca (quase nenhuma) importância à luta indígena. Um exemplo disso é o fato de a notícia não explicar para os leitores o que é a PEC 215, quais medidas ela define e quais as consequências da sua aprovação, ou seja, esse dizer é silenciado. Aparece também a palavra “confronto” para destacar mais uma vez o conflito entre indígenas e policiais. Esse tipo de discurso surge com a intenção de gerar audiência e fazer com que a sociedade compartilhe da mesma ideologia do veículo de comunicação, mesmo que de maneira inconsciente.

No terceiro parágrafo, continua sendo reforçada a noção de que aconteceu uma guerra: “As **imagens da batalha campal entre índios das mais variadas tribos – alguns de calça jeans e tênis de marca – e policiais rodaram o mundo**”. O fato de alguns indígenas estarem vestidos como o “homem branco” impressiona, como se eles não tivessem o direito de

escolher o que vestir. E ainda frisa: “tênis de marca”, logo, seria um tênis caro. É visível o preconceito que surge através da FD, em que o indígena é representado como um ser inferior. Faz-se necessário, diante disso, compreender que o fato de o indígena usar roupas, tênis e/ou morar em casa de alvenaria, ele continua mantendo sua tradição e identidade, mesmo que, por vezes, estas sejam reprimidas por um grupo preconceituoso e capitalista.

Vale ressaltar também que toda sociedade se transforma com o passar do tempo e, com eles, não poderia ser diferente. Por isso, não dá para generalizar o modo de viver dos indígenas, pois cada grupo vive de um jeito, enquanto uns preferem ser mais tradicionais, outros vão se adequando à modernidade, porém isso não faz com que eles percam sua identidade. Minardi (2012, p. 3) reforça que “nesse grupo social encontramos uma diversidade cultural múltipla, em que existem imaginários específicos, tradições próprias e modos de vida diferentes da ideia usual do ‘índio’ presente no senso comum”.

É exposta na notícia outra manifestação indígena, na qual os nativos teriam “**invadido**” e “**quebrado uma vidraça**” na câmara dos Deputados. Percebe-se que até quando são lembrados na matéria, eles são iguais a vândalos. Isso se dá por meio das formações discursivas e ideológicas, pois, para Orlandi (2002, p. 43), “[...] os sentidos sempre são determinados ideologicamente”. Outro exemplo disso: “**Índios também furaram** os pneus do carro do deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP) e **obrigaram** o parlamentar a descer do veículo. No mesmo dia, **o movimento promoveu um “tiro ao**

**alvo” com arcos e flechas [...]**”. Nesse trecho, observa-se a FD diante da grande negatividade por trás das palavras, principalmente na expressão “tiro ao alvo”, que faz uma analogia às flechas, e nos verbos “furaram” e “obrigaram”, que remetem à violência.

No último parágrafo: **“Integrante do comitê de imprensa da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil**, Renato Santana afirma que a Copa do Mundo joga luz nas contradições do Governo Federal para lidar com as questões sociais do país”. Pela primeira vez é dado voz ao discurso de uma liderança indígena. Em outra parte: **“Santana nega que as flechadas foram um ataque à polícia**: ‘Eles estavam fazendo um ritual com cantos e dança para protestar quando os policiais jogaram os cavalos e, para se proteger, fizeram isso’”. São utilizadas citações direta e indireta, que, enfim, explicam a reação dos indígenas, tornando a matéria mais clara e menos parcial.

É notório que a Veja se utiliza de um discurso etnocêntrico e preconceituoso presente no dito e no não dito da matéria. De acordo com Orlandi (2002, p. 85), “entre o dizer e o não dizer desenrola-se todo um espaço de interpretação no qual o sujeito se move”. Abaixo do texto são apresentadas as mesmas imagens da matéria anterior. Indígena aparecem apontando flechas para a polícia. O intuito disso é fortalecer estereótipos expondo os indígenas como violentos. Entretanto, ela consegue sanar algumas dúvidas, o que não acontece na notícia anterior, além de dar voz a um representante indígena. Tratando-se de um texto jornalístico, é vidente a falta *links*, de outras fontes relacionadas ao ocorrido

e a imparcialidade por parte do veículo de comunicação.

---

*Quarta notícia: Índios bloqueiam a portaria da unidade Onça Puma*

## **Indígenas mantêm 50 empregados da Vale retidos no Pará**

Representantes da aldeia Xikrin do Cateté bloqueiam portaria de unidade de extração de níquel

Por Da Redação  
access\_time14 jun 2014, 19h58



Xikrin do Cateté: ameaça de incendiar unidade da Vale  
(Reprodução/VEJA)

Cinquenta empregados da Vale estão retidos na unidade de extração de níquel da empresa em Onça Puma, Ourilândia do Norte, no Pará, desde a manhã de quinta-feira. Cerca de 400 indígenas do povo Xikrin do Cateté bloqueiam a portaria. Na tarde deste sábado, eles ameaçaram atear fogo à unidade, informou a assessoria de imprensa da Vale.

Os indígenas bloquearam a portaria como forma de pressionar por mudanças na proposta de acordo financeiro que está sendo negociada entre a mineradora, a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Ministério Público Federal. Eles querem que os recursos negociados sejam repassados para custeio das aldeias, e que haja verba adicional para projetos. O acordo prevê que os valores repassados sejam divididos entre custeio e projetos. Atualmente, as três aldeias recebem R\$ 9 milhões por ano.

“Conforme determinação judicial que está sendo seguida pela Vale, o recurso tem que prover o etnodesenvolvimento da comunidade e, por isto, deve ser focado em projetos”, informa nota divulgada pela mineradora. Desde quinta-feira, a Vale acionou a Funai, o Ministério Público Federal e a Polícia Militar sobre a situação dos empregados mantidos na unidade.

“A empresa esclarece que já está sendo dado o devido encaminhamento para as questões acordadas com as demais comunidades indígenas da região e reitera seu respeito aos povos indígenas, bem como permanece aberta à busca de soluções para continuidade do bom relacionamento com as comunidades das regiões onde mantém operações. Porém, repudiamos qualquer forma de violência que

ponha em risco a vida e a segurança de nossos empregados”, diz o texto.

A unidade de Onça Puma entrou em atividade em 2008. A produção de ferroníquel chegou a ser interrompida para reconstrução de um dos fornos onde o metal é produzido. A obra de modernização de subsistemas foi concluída em novembro. A previsão é de que a unidade produza, em 2014, 15.000 toneladas de níquel.

*(Com Estadão Conteúdo).* Fonte: [www.veja.abril.com.br/](http://www.veja.abril.com.br/)

A quarta notícia publicada pela Veja refere-se ao dia 14/06/2014. Trata da falta de entendimento entre Representantes da aldeia Xikrin do Cateté e a mineradora Vale. 400 índios teriam ameaçado colocar fogo nas instalações da empresa caso suas demandas não fossem atendidas. Além disso, 50 funcionários da Vale estariam retidos dentro do estabelecimento. A Mineradora tem sua construção sobre a região do rio Cateté e prejudica os povos indígenas daquela localidade, o que já causou uma série de manifestações.

A notícia é intitulada “**Indígenas mantêm 50 empregados da Vale retidos no Pará**”. Ela começa expondo os indígenas como causadores do aprisionamento de 50 pessoas, retomando a FD. No decorrer da notícia não é citada a libertação dos funcionários que aconteceu sem qualquer situação de violência. Também não houve outras matérias a respeito do assunto divulgado pelo referido meio de comunicação.

Logo abaixo do título e subtítulo da matéria, é apresentada uma imagem dos manifestantes indígenas reunidos com seus arcos e flechas. Na legenda diz: “Xikrin do Cateté: **ameaça de incendiar** unidade da Vale”. O emprego da palavra “ameaça” leva a pressupor que os indígenas pretendiam tomar uma atitude violenta, porém há uma contradição, já que a imagem mostra que a maior parte deles estava sentada e não mostra nenhum sinal de violência. O indígena tem, dessa forma, sua imagem atrelada à de vândalo, resgatando mais uma vez, na memória discursiva, a concepção muito defendida ao longo dos anos, de que os indígenas são “selvagens”, o que também fortalece a FD. Essa memória é tratada como interdiscurso, que para Orlandi (2002, p. 31) “é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente”. A notícia desconsidera o fato de que a área em que a mineradora está instalada pertencia aos povos nativos e que isso trouxe consequências desastrosas, como a poluição dos recursos hídricos, por causa da extração de níquel. Esse dizer silenciado beneficia a Vale, oprime os nativos e reafirma a formação ideológica anti-indígena.

No trecho: “Na tarde deste sábado, **eles ameaçaram atear fogo** à unidade, informou a assessoria de imprensa da Vale”, a citação indireta da assessoria da empresa fortalece a visão negativa sobre a identidade indígena, ao ressaltá-los como autores da violência. Conforme Melo (2008, p. 3), “quando um texto jornalístico é produzido: ele terá a marca do autor, a marca da empresa na qual trabalha o jornalista e irá defender um discurso já dito, trazendo a ele uma atualização [...]”.

Ao longo do texto, através das sequências discursivas, é reforçada a atitude que os índios tomaram ao manter retidos os funcionários da companhia. Porém, ao tentar deixar a matéria menos parcial, é apresentada na notícia uma das causas da ação: “**Os indígenas bloquearam** a portaria como forma de **pressionar por mudanças na proposta de acordo financeiro** que está sendo negociada entre a mineradora, a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Ministério Público Federal”. Os indígenas estariam reivindicando que os recursos negociados fossem repassados para custeio das aldeias e que houvesse verba adicional para projetos.

A matéria não esclarece que o motivo dessa verba ser repassada às aldeias é uma forma de compensação dos impactos causados pela empresa aos indígenas da região. Isso ocorreu porque a Vale violou a legislação ambiental, pois teria instalado a exploração minerária sem implantar os planos e projetos para amenizar e compensar os impactos que causa às comunidades. O fato de essa informação não estar inserida no conteúdo da matéria, nem através de algum *link*, acarreta uma imagem ruim dos indígenas perante os leitores. “Importa compreender que existe uma exterioridade que não apenas repercute no texto, mas que de fato o constitui e não pode ser dele apartada (BENETTI 2007, p. 111)”, isto é, é preciso enxergar a estrutura do texto compreendendo o que vem de fora, o exterior e o anterior, e não somente o que está visível. O enunciado evidencia que: “as três aldeias recebem R\$ 9 milhões por ano”, o que para a empresa parece ser o suficiente.

No decorrer da matéria são apresentadas as justificativas da empresa sobre os recursos



repassados aos indígenas e que supostamente seriam investidos em projetos. Também presta esclarecimentos sobre o ocorrido. No penúltimo bloco, é exibido um texto da Vale:

A empresa esclarece que já está sendo dado o devido encaminhamento para as questões acordadas com as demais comunidades indígenas da região e reitera seu respeito aos povos indígenas, bem como permanece aberta à busca de soluções para continuidade do bom relacionamento com as comunidades das regiões onde mantém operações. Porém, repudiamos qualquer forma de violência que ponha em risco a vida e a segurança de nossos empregados (VEJA, 2014, p. 1).

O texto é apresentado como uma forma de amenizar o desentendimento entre a empresa e as comunidades, para que, assim, a mineradora continue operando naquela região. Contudo, o mesmo retoma a FD ao advertir contra o suposto ato de violência dos indígenas para com os funcionários da Vale e ao deixar implícito que os nativos representam um atraso para o progresso do país. O discurso cria a imagem de que os funcionários estão vulneráveis às ações dos indígenas e estão correndo perigo de sofrerem alguma violência física ou mesmo a morte, quando diz “**que ponha em risco a vida**”. Assim fica nítido que os funcionários são expostos no texto como vítimas, e os indígenas como autores da violência.

Ao todo na notícia são exibidas duas citações diretas e uma citação indireta da empresa, já a fala dos indígenas não aparece em nenhum momento. Isso se dá porque possivelmente os interesses do veículo de comunicação estão de acordo com os interesses da mineradora e veem os indígenas como um atraso para o desenvolvimento econômico, um discurso ideológico bastante difundido atualmente na sociedade brasileira. A ideologia que prevalece termina por ser sempre da classe dominante. De acordo com Orlandi (2012, p. 22), “a ideologia se caracteriza assim pela fixação de um conteúdo, pela impressão do sentido literal, pelo apagamento da materialidade da linguagem e da história, pela estruturação ideológica da subjetividade”. Dessa forma, os acontecimentos são divulgados através das notícias sem imparcialidade e como um espetáculo. Chistofori (2006) ressalta que a informação jornalística requer investigação, checagem, variedade de fontes e contextualização, porém muitas vezes é veiculada sem responsabilidade e profissionalismo. Percebe-se diante disso que os “outros” discursos atravessam o discurso jornalístico.

No final da matéria, observa-se que ela foi compartilhada do site *Estadão Conteúdo*, e foram feitas apenas algumas alterações, como a utilização da foto, que é da própria Veja. Isso deixa nítida a falta de comprometimento com a luta indígena, ao não dar a devida importância ao episódio, pois não procurou tirar suas próprias conclusões através do seu jornalismo. Porém, ao divulgar tal notícia, subentende-se que a Veja compartilha da mesma formação ideológica e que concorda com tudo que nela está presente. Para Minardi (2012), o tema

“índio” geralmente não interessa à mídia, ou por complicações políticas, ou por desinteresse em relação aos vários problemas que enfrentam, uma vez que se trata de uma minoria marginalizada.

É notória a parcialidade da notícia, pelo fato de não apresentar a fala do indígena, justamente o principal envolvido no acontecimento, no entanto, expõe e favorece várias vezes o discurso da mineradora Vale.

Teixeira (2010) lembra que a mídia é aquela que repassa à sociedade aquilo que ela precisa saber para estar atualizada e poder opinar sobre os mais diversos assuntos. Mas, ao apresentar os fatos de maneira tendenciosa, o veículo de comunicação acaba impondo seu pensamento ideológico, neste caso de que os nativos são um atraso para o progresso do país, selvagens, criminosos, vândalos, preguiçosos etc. “O indígena não é valorizado, e os meios de comunicação têm uma tendência a fortalecer esse preconceito a partir da publicação de notícias distorcidas” (BATISTA; SILVA; SIMAS, 2015, p.2).

Assim como nas matérias anteriores, os indígenas aparecem revestidos de estereótipos e atrelados à violência, construindo, assim, sentidos que remetem à FD que sustentar a visão de indígena como selvagem.

A matéria também não apresenta nenhum *link* a respeito do assunto para que os leitores possam se informar melhor, tampouco houve continuação para entender como acabou tal acontecimento ou quais desdobramentos ocorreram.

---

*Quinta notícia: Matéria sobre a remoção de índios das terras de agricultores*

## **No RS, Campos foge de questão indígena e poupa Marina**

Na capital gaúcha, os candidatos participaram de evento com defensores da remoção de índios em terras de agricultores familiares, opinião que vai de encontro com posicionamento da ex-senadora

Por Marcela Mattos.

access\_time31 jul 2014, 21h52



Eduardo Campos e Marina Silva cumprem agenda de campanha no Rio Grande do Sul (Divulgação/VEJA)

Forte defensora dos direitos indígenas, a

candidata a vice-presidente pelo PSB, Marina Silva, participou nesta quinta-feira de um encontro com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag), em Porto Alegre (RS), onde dividiu a tribuna com defensores da remoção de índios em terras de agricultores familiares. Ao fim do encontro, diferentemente de Eduardo Campos e do candidato ao Senado pelo PSB, Beto Albuquerque, a ex-ministra do Meio Ambiente não posou para fotos usando o boné da entidade.

Durante o evento, o presidente da Fetag, Carlos Joel da Silva, defendeu que o conflito que atinge diversos Estados do país, incluindo o Rio Grande do Sul, seja solucionado sem afetar os pequenos produtores. “Queremos garantir que a terra não seja retirada dos agricultores familiares. Os índios têm uma área demarcada, mas em algumas regiões eles querem expandi-la. Os índios vivem da mata, mas estão arrendando terras para os grandes agricultores”, disse.

Na tentativa de evitar algum constrangimento, Campos não tratou do mérito da controvérsia, mas jogou a culpa do conflito sobre os ombros do Palácio do Planalto. “Tem alguém no desenrolar da eleição colocando uma visão que não é a nossa sobre essa questão da área de conflitos com assentamentos feitos pelo próprio governo brasileiro. Eu quero deixar muito claro que essa situação está chegando nesse limite por omissão do governo federal. Faltam políticas. Nós precisamos garantir o direito dos índios e também dos agricultores familiares”, afirmou.

Em abril deste ano, dois agricultores gaúchos

foram mortos após um conflito com indígenas na região de Faxinalzinho, no Norte do Rio Grande do Sul. O assunto da demarcação de terras foi parar nas mãos do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e ainda segue indefinido.

**Divergências** – Os “dilemas éticos” entre Campos e Marina, principalmente aqueles relacionados à área ambiental, já eram previstos no início da união e foram confirmados com o veto da ex-senadora a diversas alianças nos palanques estaduais. No Rio Grande do Sul, por exemplo, Marina impediu a união com a favorita ao governo, a candidata Ana Amélia (PP), por ela ser fortemente ligada ao agronegócio e ter defendido, no Congresso Nacional, o Código Florestal.

Questionada pelo site de VEJA, Marina negou a existência de um desconforto: “O Eduardo respondeu que não vai se omitir diante dos graves problemas. É com base no princípio de Justiça que haverá o diálogo. Os direitos têm de ser observados. Tanto para os índios, que historicamente foram marginalizados e massacrados, quanto para os agricultores, que o governo cometeu no passado o erro de assentá-los em terras indígenas. O diálogo nunca me causa um desconforto”, disse a ex-senadora.

Fonte: [www.veja.abril.com.br/](http://www.veja.abril.com.br/)

A notícia publicada no dia 31/07/14 aborda um assunto político. Concorrendo à vaga para presidente e vice-presidente do Brasil, na ocasião, Eduardo

Campos e Marina Silva, ambos do PSB (Partido Socialista Brasileiro), cumpriram uma agenda de campanha em Porto Alegre - RS. O evento foi promovido pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag) para tratar da questão entre agriculturas familiares e indígenas.

O desentendimento entre os agricultores e os nativos vem se estendendo há anos. Os indígenas foram expulsos de suas terras à medida que os colonizadores chegaram, pois, naquela época, eles ainda não tinham muita informação e, acima de tudo, não tinham qualquer apoio. Aos poucos, fazendas foram sendo construídas, áreas verdes ficaram desmatadas, e os nativos mudaram-se para outras localidades. Hoje, sem políticas que de fato os ajudem, eles tentam tomar por conta própria o espaço que a eles pertenceu.

A matéria tem como manchete: **“No RS, Campos foge de questão indígena e poupa Marina”**. Para não perder votos, segundo a matéria, Campos teria preferido não entrar em detalhes sobre a demarcação de terras, porém culpou o Governo (do qual é oposição) pela falta de ação política. Observa-se o interdiscurso presente no enunciado, uma vez que o discurso se apresenta de forma parafrástica, que, segundo Orlandi (2002), é quando realiza um retorno do já dito para legitimar tal dizeres.

Um exemplo disso é quando a notícia expõe a culpabilização do Governo pela demarcação de terra, o que leva a entender que o texto noticioso apresentado pela Veja é formulado a partir da sua formação ideológica, que sustenta a FD (o indígena ser um entrave ao desenvolvimento do país por

exigirem a demarcação de suas terras). O fato de Marina ter sido “poupada” ocorre porque ela é a favor dos direitos indígenas, logo, para não perder apoio dos agricultores, foi preferido que ela não expusesse sua opinião. Para reforçar esse dizer, é colocado no subtítulo: “[...] os candidatos participaram de evento com **defensores da remoção de índios em terras de agricultores familiares**, opinião que vai de encontro com posicionamento da ex-senadora”, colocando Marina numa situação de confronto com suas ideologias. É possível, assim, identificar a articulação entre classe política e a imprensa, que é estabelecida numa dinâmica de poder.

Ao longo do texto, são enfatizadas as supostas divergências entre Campos e Marina sobre a questão indígena e a forma com que ela se colocou no evento, uma vez que, segundo a Veja, se trata de uma “forte defensora dos direitos indígenas”. Isso demonstra que ela estaria se contradizendo ao estar participando de um evento que defende a remoção dos indígenas das “terras de agricultores”, e pior, sem expor seu ponto de vista com receio de perder eleitores.

Entretanto, para deixar claro seu posicionamento contra a ideologia dos agricultores, a ex-senadora teria preferido não posar para fotos com a marca da instituição, como diz no trecho: “diferentemente de Eduardo Campos e do candidato ao Senado pelo PSB Beto Albuquerque, **a ex-ministra do Meio Ambiente não posou para fotos usando o boné da entidade**”. Faz-se necessário lembrar que as formações discursivas dos agricultores são baseadas no senso comum de que os indígenas representam um atraso para o país, representada aqui pela FD, o



que em tese diverge do posicionamento de Marina Silva.

Ao introduzir a fala do presidente da Fetag, Carlos Joel da Silva, é ressaltado o conflito, que, segundo ele, atinge diversos Estados do país e que precisaria ser solucionado sem afetar a agricultura familiar. Porém, não é abordada nenhuma solução para o problema, nem as possíveis consequências aos indígenas da região, mas fica nítida a preocupação somente com os agricultores, isso faz com que se sustente que os agricultores sempre aparecem como vítimas na formação discursiva presente na matéria. Dessa forma, o enunciado assujeita os indígenas à categoria de irrelevantes, além de empecilhos para o trabalho agrícola. Em um trecho, Carlos Silva diz: **“Queremos garantir que a terra não seja retirada dos agricultores familiares. Os índios têm uma área demarcada, mas em algumas regiões eles querem expandi-la.”**

O discurso remete à FD, ao denotar a imagem do indígena como mau selvagem, que ameaça a agricultura familiar para reivindicar suas terras e também induz a uma compreensão de que os indígenas ocupam de forma irregular aqueles territórios. A notícia não aborda quais motivos levaram os nativos a se apropriarem das terras, fazendo subentender que a ação deles se deu de forma criminosa. Para Minardi (2012, p. 5), isso ocorre porque “muitos fazendeiros tem o poder de influenciar a mídia local, no intuito de denegrir a imagem do índio, descaracterizando-o e diminuindo sua identidade, conseqüentemente o seu direito à terra”.

No próximo parágrafo da matéria, volta-se a falar sobre o evento político, no qual estavam presentes Eduardo Campos e Marina. Segundo o enunciador, na tentativa de evitar algum constrangimento, Campos jogou a culpa do conflito entre indígenas e agricultores sobre o Palácio do Planalto. O candidato à presidência diz: “Eu quero deixar muito claro que **essa situação está chegando nesse limite por omissão do Governo Federal**. Faltam políticas”. Claramente, Campos com seu discurso transfere a culpa do conflito para o Governo, a fim de não perder o voto tanto dos agricultores quanto das pessoas que lutam/acreditam nas causas indígenas.

O jornalista que escreveu a matéria também se apropria desse discurso para colocar de maneira implícita as suas ideologias e da empresa para qual trabalha, o que para Orlandi (2002), é o efeito da relação entre o sujeito, a língua e a história.

Após o terceiro parágrafo são apresentados três *links*, mas todos ligados à política: “Em sua terra natal, Campos empata com Dilma”; “Hino, caixote e o ‘Marina móvel’”, “Dilma leva ministros a evento eleitoral; PSDB promete ação”. Observa-se que o veículo de comunicação prioriza falar sobre os candidatos à presidência e não foca na temática que se discute na matéria, que é a divergência entre indígenas e agricultores por causa de territórios. De acordo com Minardi (2012), os assuntos que envolvem indígenas acabam sendo esquecidos pela mídia por se tratar de um grupo social desprivilegiado.

No quarto parágrafo: “Em abril deste ano, dois **agricultores gaúchos foram mortos após um**

**conflito com indígenas** na região de Faxinalzinho, no Norte do Rio Grande do Sul”. O trecho retoma estereótipos, a discriminação e o discurso do colonialismo, com o objetivo de colocar o indígena como um sujeito criminoso, ao lembrar que dois agricultores “foram mortos” em um conflito. A notícia não dá voz ao indígena, ele é apagado e seu discurso silenciado. Atitude que rompe com um dos princípios do jornalismo que é apresentar todas as versões de determinado acontecimento.

Logo abaixo é exibida em negrito a palavra “**Divergências**”, isto é, a falta de entendimento ou discordância de opiniões, para abrir o parágrafo que discute mais uma vez sobre os supostos “dilemas éticos” entre Campos e Marina. Segundo a matéria, isso já era previsto no início da união dos dois, dessa forma, fica visível a imposição do enunciadador de focar no assunto e tentar provar esse desentendimento. Dito isto, nota-se que “as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam [...]” (PÊCHEUX, 1995, p. 160).

Observa-se também que o jornalista que escreveu a matéria simplesmente interfere no texto emitindo juízos de valor e conceitos, opinando a respeito do tema nas entrelinhas da matéria. A própria imagem utilizada na notícia em que estão presentes Campos e Marina releva essa imposição. Enquanto ele aparece discursando, ela aparenta estar descontente com a situação.

Com intuito de saber mais sobre essa possível divergência, a Veja, segundo o texto noticioso, entrou em contato com Marina Silva, porém ela teria negado

a existência de um desconforto e ainda ponderou: **“Os direitos têm de ser observados. Tanto para os índios, que historicamente foram marginalizados e massacrados, quanto para os agricultores,** que o Governo cometeu no passado o erro de assentá-los em terras indígenas”. Esta fala, apesar de ter um cunho mais político, foi a única exposta a favor dos indígenas na matéria.

A notícia, deste modo, prioriza mostrar o confronto entre outras duas formações discursivas, a de Campos e de Marina, e “esquece” de tratar mais a fundo sobre o desentendimento entre agricultores e indígenas. Acaba não informando sobre a demarcação de terras como deveria, pois não mostra os motivos, não esclarece as dúvidas e nem expõe possíveis soluções para o problema, para assim, promover uma reflexão sobre a problemática. Segundo Benetti (2007, p. 108), “[...] o jornalismo a partir de seu objetivo de relatar ‘fielmente’ os acontecimentos, revela-se frágil e ilusória sempre que problematiza pelo viés da linguagem”.

Além disso, quando trata do assunto, só aparece a “voz” do representante dos agricultores, o que fortalece a FD, expondo o indígena como um problema para o país. Portanto, assim como as demais, essa matéria é tendenciosa, visto que oculta o outro lado da história, no caso o do indígena. A Veja impõe ainda a ideologia da classe dominante, que ressalta a FD, em que os indígenas são taxados como empecilhos para o desenvolvimento econômico, pelo fato de não aceitarem se submeter à exploração do mercado capitalista.

Passemos a análise da última notícia que compõe

nosso *corpus* de estudo.

---

*Sexta notícia: Manifestação dos índios contra a prerrogativa de homologar Terras Indígenas*

## **Índios tentam invadir a Câmara; policial leva flechada no pé**

Por Da Redação  
access\_time16 dez 2014, 12h41



Índios forçam entrada nas dependências da Câmara, nesta terça-feira (16) (Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados/Divulgação)

Um policial militar foi atingido por uma flecha no pé durante tentativa de invasão de índios à Câmara

dos Deputados no início da tarde desta terça-feira. O policial foi levado ao departamento médico da Câmara e, segundo informações preliminares, passa bem. A Polícia Legislativa conseguiu evitar a invasão, mas um cordão de isolamento faz a segurança do local. De acordo com os policiais, aproximadamente cem índios estão na portaria do Anexo II da Câmara.

A manifestação é contra a Proposta de Emenda Constitucional 215 (PEC 215), que transfere a prerrogativa de homologar Terras Indígenas (TIs), Unidades de Conservação (UCs) e territórios quilombolas do Executivo para o Poder Legislativo. O texto da PEC 215 está em uma Comissão Especial da Casa e a reunião desse colegiado marcada hoje foi cancelada. (Com Estadão Conteúdo)

Fonte: [www.veja.abril.com.br/](http://www.veja.abril.com.br/)

A sexta e última notícia publicada pela Veja no ano de 2014 é referente ao dia 16 de dezembro. Ela aborda uma manifestação que aconteceu em Brasília, onde indígenas teriam tentado “invadir” a câmara dos deputados para acompanhar a Comissão Especial da PEC 215, que trata sobre a demarcação de terras indígenas, titulação de territórios quilombolas e criação de Unidades de Conservação. No título da matéria lê-se: **“Índios tentam invadir a Câmara; policial leva flechada no pé”**. O próprio título alude à questão da violência indígena. O verbo “invadir” utilizado na oração retoma ao tema violência, o que atrela a imagem do indígena com a de vândalo, uma vez que eles estariam usando a força para entrar no local. Com a intenção de provar esse discurso

preconceituoso e reafirmar a FD, no mesmo título é exposto que um policial teria levado uma flechada no pé. Nota-se que a suposta invasão e a flechada que atingiu o policial são o que mais se destacam na matéria pelo enunciador, uma vez que estão inseridas logo na manchete da notícia. Observa-se, desse modo, o indígena ser representado através de estereótipos.

Logo abaixo é exposta uma imagem em que aparecem os manifestantes indígenas com arcos e flechas, alguns deles utilizam cocares e outros acessórios com o intuito de chamar atenção das autoridades e evidenciar sua identidade. Entretanto eles são apresentados em situação de oposição à polícia, que, por sua vez, é exposta assim como nas matérias anteriores de maneira parcial, reforçando a FD. A imagem expõe, a partir disso, o indígena como um sujeito violento e a polícia como defensora do Estado. Na legenda é descrito: “**Índios forçam entrada** nas dependências da Câmara”, isso deixa implícito que o movimento não teria legitimidade por utilizar de uma ação violenta. No início do primeiro e único parágrafo da notícia: “**Um policial militar foi atingido por uma flecha no pé** durante tentativa de **invasão de índios** à Câmara dos Deputados”, a forma exótica com que o policial militar teria sido atingido é ressaltada pelo veículo de comunicação de uma forma sensacionalista, ou seja, com o objetivo de causar impacto e chocar a opinião pública, além de mostrar o policial como “coitadinho”.

Diante disso, Charaudeau (2015) lembra que o discurso de informação modula seus efeitos segundo as razões pelas quais a informação é transmitida. Em seguida, a matéria aponta que o policial teria sido levado para cuidados médicos na própria câmara e

que passava bem, dando, dessa maneira, enfoque ao acontecido. No trecho: “**A Polícia Legislativa conseguiu evitar a invasão**, mas um cordão de isolamento faz a segurança do local”, o indígena é sentenciado como um inimigo da ordem. Fica evidente o silenciamento do discurso indígena. O sentido da manifestação dá lugar à agressão e a violência, tirando a legitimidade dos atos públicos e das reivindicações dos indígenas envolvidos no manifesto, além de fortalecer a FD. “Nesse jogo de dizer e não-dizer, a ideologia define que há zonas de sentido autorizadas a circular e outras que são tidas como indesejáveis, as quais precisam ser silenciadas” (TEIXEIRA, 2010, p. 6). O uso exagerado do termo “invasão” está diretamente ligado ao sentido de agressividade, o que possibilita compreender como o autor caracteriza o sujeito indígena, isto é, trata os indígenas como criminosos.

A matéria segue relatando o ocorrido, dando voz a policiais: “**De acordo com os policiais**, aproximadamente cem índios estão na portaria do Anexo II da Câmara”. O enunciador apropria-se do discurso indireto dos PMs, reformulando-o para respaldar o seu enunciado, visto que “todo discurso se estabelece na relação com um discurso anterior e aponta para outro” (ORLANDI, 2002, p. 62). Além do mais, a utilização do discurso permite dar ênfase ao número de indígenas que participaram da manifestação.

Apenas no final da matéria e de uma forma muito sucinta é citado o motivo da manifestação, a PEC 215. No penúltimo trecho da notícia, lê-se: “**A manifestação é contra** a Proposta de Emenda Constitucional 215 (**PEC 215**), que transfere a



prerrogativa de homologar Terras Indígenas (TIs), Unidades de Conservação (UCs) e territórios quilombolas do Executivo para o Poder Legislativo”. Nota-se que o jornalista trata o assunto de maneira superficial e não procura informar melhor o leitor sobre o acontecimento. No entanto, apesar do breve texto, é visível a tentativa de criminalizar o movimento indígena. Discurso que é fruto da formação discursiva da ideologia dominante.

A matéria é a mais curta divulgada no ano de 2014. Não apresenta *links* nem utiliza outros formatos que a *web* oferece. Das seis notícias analisadas, é a terceira a ser compartilhada do *Estadão Conteúdo*, o que mais uma vez mostra a falta de interesse pelos assuntos que envolvem os nativos. O discurso apresentado ao longo do texto noticioso é preconceituoso, pois além de não apresentar a voz do indígena, tenta persuadir os leitores a uma interpretação na qual o indígena é representado como violento. Orlandi (2002) salienta que os discursos estão sempre se reconstruindo em um movimento constante do simbólico e da história. Diante da análise, pode-se afirmar que o silenciamento do discurso indígena na mídia é fruto de uma construção histórica através das formações discursivas.



## *Conclusão* \_\_\_\_\_

Os textos jornalísticos analisados permitem dizer que a representação do indígena no portal de notícias da revista *Veja* se dá através da FD, ao mostrar um discurso preconceituoso e estereotipado, no qual o indígena é exposto como um sujeito selvagem, violento e criminoso, contribuindo para a construção de uma imagem negativa dos povos indígenas na sociedade brasileira. Evidenciou-se também alguns efeitos de sentido que expõem a posição do veículo de comunicação frente à ideologia pró-ruralista e anti-indígena, uma vez que o tema que conduz as narrativas é a demarcação de terras, no qual os nativos são apresentados como um atraso para o progresso do país. A *Veja* traz à tona ainda em suas práticas discursivas sentidos que demonstram o seu apoio à causa dos agricultores e contra os atos indígenas, difundindo discursivamente “dizeres” para negar o direito da luta deles por territórios e beneficiar o outro discurso. Dessa maneira, as notícias acabam assujeitando, no dito e no não dito, os indígenas a inferiores, manipula, ao mesmo tempo, os enunciados para que seus leitores aceitem uma imagem deturpada sobre os nativos.

Vale ressaltar que a Veja é um importante veículo de informação e que, apesar de ter como público-alvo as classes mais favorecidas, ela tem a capacidade de influenciar também as outras camadas sociais. Logo, se ela divulga notícias carregadas de estereótipos e preconceito, esse pensamento também é disseminado por toda a sociedade. Notou-se que foram poucas as notícias publicadas em relação aos povos indígenas. Apenas seis, no ano de 2014, o que difere quando a pauta é política partidária. Assim, a Veja deixa de divulgar para seus leitores outros assuntos que envolvem os nativos, ainda que eles venham enfrentando diversos problemas, tais como: migração para centros urbanos, alcoolismo, prostituição, falta de atendimento médico e educação de qualidade, dentre outros.

A representação do indígena nas matérias se dá de forma genérica, como se todos fossem iguais, desconsiderando sua diversidade cultural, sua identificação étnica, suas línguas e suas formas sociais de organização. As notícias analisadas também são expostas de maneira sensacionalista, tendenciosa, parcial, configurando-se em espetáculo midiático. Expõem opiniões de cunho persuasivo e não dão voz aos nativos, ignorando, assim, a regra básica do jornalismo de ouvir todas as versões de um acontecimento de maneira imparcial. Ao apresentar fatos distorcidos, a mídia, muitas vezes, não leva em consideração o impacto social que causa na sociedade.

Dito isto, conclui-se que o espaço midiático reproduz as relações sociais da sociedade mantendo a força do discurso da classe dominante e exclui o discurso de grupos considerados marginalizados. Apesar de o indígena ter uma voz, nota-se que ela é

silenciada pela mídia, pois não aparece para se contrapor à voz do não indígena. Entretanto, quando o meio de comunicação expõe a versão indígena, ela é representada por porta-vozes que, em sua maioria, são formados por instituições e organizações.

É possível imaginar que, se a voz do indígena fosse ouvida de fato e colocada sem interferências e sem os estereótipos reproduzidos pela mídia, poderia ser possível que as suas reivindicações e necessidades fossem atendidas ou, pelo menos, se teria uma visão real das problemáticas que eles enfrentam. É notório que não existe imparcialidade uma vez que as notícias são construídas de forma subjetiva, influenciando os leitores a um pensamento negativo sobre o indígena. Faz-se necessário, portanto, mudanças na postura das empresas ao expor notícias sobre os povos indígenas, uma vez que possuem um importante papel como formadoras de opinião. Além de que precisam pautar as demandas dos povos nativos, realizando a missão do jornalismo: trazer informações relevantes para a sociedade.



## Referências

AMORIM, Juliana. **A subalternidade do índio:** Uma leitura de notícias do jornal *o progresso*. Mato Grosso do Sul: Dourados, 2010.

BATISTA, Daiane; SILVA, Lucas; SIMAS, Hellen. **O outro lado do índio:** representações sociais na mídia. Universidade Federal do Amazonas, RELEM – Revista Eletrônica Mutações, 2005.

BENETTI, Marcia. **Análise do Discurso em jornalismo:** estudo de vozes e sentidos. Metodologia de pesquisa em jornalismo. Petrópolis: Vozes, p. 107-122, 2007.

BRIXIUS, Leandro José. **Objetividade jornalística:** Um estudo a partir das rotinas de produção das editorias de política de Zero Hora e Correio do Povo. 2006. Dissertação. 131f. (Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2006.

CASTRO, Viveiro. **No Brasil todo mundo é índio exceto quem não é.** (2006). [http://pib.socioambiental.org/files/file/PIB\\_intitucional/no@brasil@todo@mundo@%C3%A9\\_%C3%ADndio.pdf](http://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_intitucional/no@brasil@todo@mundo@%C3%A9_%C3%ADndio.pdf). Acesso: em 13/10/2016.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias.** 2.

ed. São Paulo: Contexto, 2015.

CHISTOFORI, Elaine. **O jornalismo do futuro: o processo de comunicação do jornalismo digital.** Juiz de Fora: UFJF, FACOM, 1.sem.2006. 88 folhas. Projeto Experimental da Faculdade de Comunicação Social,2006.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI – **Quem São.** Disponível em:< <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao>>  
Acesso em 01 março 2016.

GRUPO ABRIL. **Quem somos.** Disponível em:  
<<http://grupoabril.com.br/pt/quem-somos>>.  
Acesso em 03 março 2016.

JUNQUEIRA, Carmen. **Antropologia indígena: uma nova introdução.** – 2. Ed. / São Paulo: EDUC, 2008.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de Jornalismo: Norte e Sul.** 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004

MELO, Patrícia. **Sujeitos sem voz: agenda e**



discurso sobre o índio na mídia em Pernambuco. 2003. Dissertação (mestrado em comunicação) - Universidade Federal de Pernambuco, 2003. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/livros-e-teses/tesemestrado/patriciabandeira.pdf>>. Acesso em 10 fevereiro 2016.

\_\_\_\_\_ **O Índio na Mídia:** discurso e representação social. 2008. Disponível em: <[www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/indio.pdf](http://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/indio.pdf)>. Acesso em: 01 setembro 2011.

MINARDI, Deborah. **Mídia e Representações sociais Indígenas:** Caso do ataque ao acampamento Guarani Kaiowá. VIII Conferência Brasileira de Mídia Cidadã. 2012.

OLIVEIRA, A. M. et al. **Normas e padrões para trabalhos acadêmicos e científicos da Unoeste.** Universidade do Oeste Paulista – Presidente Prudente, 2015.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso:** princípios e procedimentos. 4<sup>a</sup> ed. Campinas: Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_ **Discurso e Texto:** formulação e circulação dos sentidos. 4<sup>a</sup> ed. Campinas: Pontes, 2012.

PAIVA, Mariana Macedo. **Funções da imprensa e o**

**jornalismo de mercado:** a essência jornalística. 2010. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) 35f. Centro Universitário de Brasília (UNICEUB), 2010.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE.**  
[http://indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/estudos/indigena\\_censo2010.pdf](http://indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/estudos/indigena_censo2010.pdf) Acesso em: 10 de julho de 2016.

\_\_\_\_\_ CENSO DEMOGRÁFICO  
2010: **Características gerais dos indígenas:** Resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, p.1-245, 2010. Disponível em: <  
[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/95/cd\\_2010\\_indigenas\\_universo.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/95/cd_2010_indigenas_universo.pdf) > Acesso em: 10 julho 2016.

RUDIN, Richard. **Introdução ao jornalismo:** técnicas essenciais e conhecimentos básicos. São Paulo: Roca, 2008.

SACHETTI HÜBBE. Rosandra. **O discurso utilizado nos anúncios publicitários dirigidos ao público infantil. Tubarão.** 2004. (Dissertação). Mestrado em Ciências da Linguagem da

Universidade do Sul de Santa Catarina. Universidade do Sul de Santa Catarina, 2004.

SANTOS, Luciano. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

SOUSA. Jorge. **Elementos de Jornalismo Impresso**. Porto, 2001. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf>>. Acesso em: 08 outubro de 2016.

TEIXEIRA, Ana Claudia. **“Lya Luft e revista Veja: Uma análise discursiva através da crônica Meu país é uma fênix**. UFF Revista Icarahy. Ed. 4. 2010

TUCHMAN, Gaye. **A objetividade como ritual estratégico**: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In TRAQUINA, Nelson (Org). **Jornalismo, questões, teorias, “estórias”**. 2ª ed. Lisboa: Vega, 1999.

VEJA.COM. **Corpos encontrados em aldeia do AM podem ser de homens desaparecidos**. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/brasil/corpos-encontrados-em-aldeia-do-am-podem-ser-de-homens-desaparecidos/> Acesso em: 08 mar 2016.

\_\_\_\_\_. **Imagens de flechadas contra PM rodam o mundo.** Disponível em: <http://veja.abril.com.br/brasil/imagens-de-flechadas-contra-pm-rodam-o-mundo/>. Acesso em: 08 mar 2016.

\_\_\_\_\_. **Protestos de índios viram rotina em Brasília e agora tem até flechadas.** Disponível em: <http://veja.abril.com.br/politica/protestos-de-indios-viram-rotina-em-brasilia-e-agora-tem-ate-flechadas/>. Acesso 08 mar 2016.

\_\_\_\_\_. **Indígenas mantêm 50 empregados da Vale retidos no Pará.** Disponível em: <http://veja.abril.com.br/brasil/indigenas-mantem-50-empregados-da-vale-retidos-no-para/>. Acesso em: 08 mar 2016.

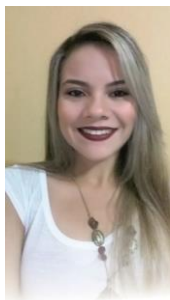
\_\_\_\_\_. **No RS, Campos foge de questão indígena e poupa Marina.** Disponível em: <http://veja.abril.com.br/brasil/no-rs-campos-foge-de-questao-indigena-e-poupa-marina/>. Acesso em: 08 mar 2016.

\_\_\_\_\_. **Índios tentam invadir a câmara policial; policial leva flechada no pé.** Disponível em: <http://veja.abril.com.br/politica/indios-tentam-invadir-a-camara-policial-leva-flechada-no-pe/>. Acesso em: 08 mar 2016.



Hellen Picanço é graduada em Letras/Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Amazonas (2006) com mestrado e doutorado em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (2008 e 2013). É Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas (PPGE/Ufam) e docente do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ/Ufam). Lidera o Núcleo de Estudos de Linguagens da Amazônia (NEL-Amazônia). Atualmente, desenvolve o projeto de pesquisa “Cultura Amazônica em Produtos Audiovisuais”, vinculado ao Parque Científico e Tecnológico (PCTIS/Ufam).

[india.paraintintins@gmail.com](mailto:india.paraintintins@gmail.com)



Yonah Góes é graduada em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal do Amazonas (2016) e membro do Núcleo de Estudos em Linguagens da Amazônia (NEL-Amazônia). Atuou no projeto de extensão Letramento Científico (2015). Atualmente, atua no projeto de pesquisa “Cultura Amazônica em Produtos Audiovisuais”, vinculado ao Parque Científico e Tecnológico (PCTIS/Ufam).

[yonahgoes@outlook.com](mailto:yonahgoes@outlook.com)

Este livro foi composto graficamente  
com apoio do Laboratório de Editoração  
Digital do Amazonas (LEDA)  
em maio e junho de 2017